

Aula 00

*Conhecimentos Específicos p/ Prefeitura
de Teresópolis-RJ (Professor - História) -
2020*

Autor:
Sergio Henrique

23 de Janeiro de 2020

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial.	2
01. Como estudar?	3
1.1. <i>Ler, Ler e Ler. Qual o Limite? “Calo nos olhos”</i>	3
1.2. <i>Estratégia</i>	4
1.3. <i>Posso pular a teoria e ir direto para os Exercícios?</i>	4
1.4. <i>Identificar as palavras chaves e pontos fundamentais do conteúdo</i>	5
1.5. <i>Pensar em movimento e usando o máximo da imaginação</i>	5
1.6. <i>Tentar Conectar as Informações</i>	5
1.7. <i>Procure disciplinar-se ao máximo e ser persistente</i>	6
2. O Fundamento Social na Moral e na Ética	7
3. O Nascimento da Ética e da Filosofia: Ética e História	9
3.1. <i>Sócrates: Só sei que nada sei</i>	9
3.2. <i>Platão: A verdade está no mundo ideal</i>	11
3.3. <i>Aristóteles: Ética, política e natureza</i>	13
4. Os Valores, Decisões e Ações que nos tornam humanos	15
4.1. <i>Um pouco mais sobre Cultura</i>	15
5. Práticas Sociais, Morais, Éticas e o Cidadão	18
5.1. <i>Grécia e a Invenção da Política</i>	18
6. A Cidadania no Brasil	22
7. A Ideia de Democracia, Direito e Cidadania Moderna	24
7.1. <i>A Ideia de Democracia, Direito e Cidadania Contemporânea</i>	27
7.2. <i>Autores Liberais</i>	27
7.3. <i>Direitos Civis, Políticos, Sociais e Humanos</i>	28
8. O Estado Brasileiro após a Redemocratização	36
9. Exercícios	38
10. Considerações Finais	73



00. BATE PAPO INICIAL.

Olá, querido aluno. É com muita alegria que o recebo para discutirmos os Conhecimentos Específicos da Disciplina de História nesta jornada em busca de um excelente resultado no Concurso da **Prefeitura Municipal de Teresópolis-RJ**.

É com grande prazer que venho desenvolver com vocês a disciplina de História. Sou o professor Sérgio Henrique, Historiador, licenciado em geografia e professor de Ciências Humanas no **Estratégia concursos** e em cursos presenciais. Sou professor há mais de 15 anos e já ministrei várias disciplinas, do ensino fundamental ao superior, como servidor público e na rede privada. Nos primeiros anos de carreira focando em ensino e aprendizado para jovens e empreendedorismo. Na última década, dedico-me para exames de alta complexidade e exigência em concursos públicos militares e preparatórios para o ENEM. O fórum de dúvidas é um instrumento fundamental de contato e para que possamos nos comunicar com maior dinamismo.

Você está tentando ingressar no **serviço público**, uma área atrativa por várias razões: Tanto pela estabilidade e possibilidades de progressão na carreira quanto pelo viés cidadão de ocupar uma vaga de um cargo importante para a sociedade. São várias as motivações pelas quais você está tentando. Um salário melhor, estabilidade para cuidar da família... Enfim. São tantas coisas. E elas devem te acompanhar a todo o momento de preparação. É onde você encontrará **motivação** nas horas mais difíceis, quando até mesmo podemos ter a ideia absurda de desistir. A motivação é o combustível necessário para a sua preparação. Motivação associada à disciplina de estudos é a chave do sucesso.

Motivação, Disciplina e Estratégia formam o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso, mas fique tranquilo. O nosso conteúdo tem uma quantidade razoável de assuntos, mas que distribuídos em várias aulas, bem detalhadas. Vamos estudar tudo, bem detalhadamente, então pode conter a ansiedade. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e por meio da repetição.

Neste curso teremos um conteúdo bem completo e trabalhado em detalhes, muitas questões comentadas, resumos e vídeo-aulas detalhadas e produzidas sob medida para seu certame.

Sem mais delongas, vamos ao trabalho.



01. COMO ESTUDAR?

Darei aqui algumas dicas que servem para que você reflita sobre como pode melhorar seu desempenho. É importante lembrar, que estudar não é uma receita de bolo e cada um encontrará a forma mais adequada para sua aprendizagem. Estas dicas ajudam a todos, e servem para outras disciplinas, então vale a pena conhecê-las e praticá-las. Se encontrar dificuldades, não se preocupe: Estudar dá muito trabalho. Quanto mais estudar, mais fácil o processo. Se está começando agora a uma rotina mais pesada persista, pois aos poucos perceberá o seu desenvolvimento. Costumo dizer que poucas pessoas (quase ninguém) gostam de estudar, mas todos gostam de aprender e conhecer. Aristóteles dizia que a educação tem raízes amargas, mas seus frutos são doces.



1.1. LER, LER E LER. QUAL O LIMITE? “CALO NOS OLHOS”

A essa altura do campeonato já deve ter estudado tanto que já deve sentir seus calos. A prova está próxima, mas a dica vale para a construção de seus hábitos de concurseiro. Todo estudante deve buscar desenvolver seus hábitos de leitura. Isso mesmo, hábito. A leitura é uma habilidade que se desenvolve com o treino. Nossa! Então é possível desenvolver a leitura? Claro que sim. A prática diária leva ao domínio. A leitura é uma habilidade, mas também uma competência, ou seja, pode ser trabalhada e desenvolvida. Competência é mais que conhecimento: Podemos traduzi-la como um saber que te permite a tomada de decisões e está ligada a capacidade de julgar e de avaliar. Por que nos inspirarmos na teoria da educação? Para sabermos que de acordo com os estudos acadêmicos específicos e as histórias de superação que conhecemos, é importante te lembrar que você é capaz, e terá melhores resultados seguindo o lema do Estratégia Concursos “O segredo do sucesso é a constância no objetivo”, pois a cada dia você subirá um degrau no caminho da aprovação e da realização dos seus sonhos. Pode ser que você nunca se torne um grande leitor por prazer, mas deve dominar ao menos a leitura objetiva. Refiro-me a ler conteúdos para captar as ideias centrais, mas daí voltamos ao início, pois esta habilidade só se desenvolve com leitura. Podemos começar com uma pequena meta diária de 30 minutos e aos poucos aumentamos. Cada um deve adequar a sua disponibilidade ao tempo que possui e está acostumado a estudar, então se já estuda uma hora, aumente aos poucos até chegar a duas, assim por diante. Não demora tanto tempo assim para engatar a primeira marcha e é essencial para todas as disciplinas. Então organize sua rotina de modo a aproveitar da melhor forma possível cada raro momento disponível.



1.2. ESTRATÉGIA

Não são raras as questões que você consegue resolver com a leitura atenta do enunciado e das alternativas. Quando é um tema que o seu domínio é falho, podemos excluir as alternativas erradas encontrando erros teóricos, anacronismos, incongruências com a pergunta. Podemos acertar a questão ou ao menos aumentar muito suas chances de sucesso. Como sua preparação envolve muita dedicação e estudos isso exigirá muito de seu corpo e então fique de olho na sua saúde. Os gregos antigos tinham o ideal do *“men sana in copore sano”*, ou seja, mente sã em um corpo são. Tem que pensar na sua saúde e seu sono para poder encarar numa boa o exame e conseguir se manter concentrado e ativo por horas seguidas. Outro elemento que não podemos esquecer é: cuidado com o orgulho do concurseiro. O que quero dizer com isso? Alguns assuntos são difíceis e são cobrados em questões fáceis e rápidas, e outros assuntos muito simples são abordados de modo complicado e vão exigir um longo tempo. **O que fazer? Pule! Se gastou seus minutos e não saiu do lugar, abandone a questão.** É comum querer resolver até chegar na resposta um conteúdo que você estudou muito, mas caiu uma questão demorada. O que fazer? Pule! Se gastou seus 3 minutos e não saiu do lugar, abandone a questão. Cuidado para não deixar em branco. Marque logo e passe adiante. Voltar depois para marcar outra é a pior saída. Ponto é ponto, adiante você pode encontrar várias questões fáceis e empacou em uma.

1.3. POSSO PULAR A TEORIA E IR DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS?

Se tiver algum domínio da matéria sim, mas é muito importante ler toda a teoria. Em geral os candidatos aprovados em concursos conseguiram desenvolver o hábito de leitura. As vídeo aulas são muito importantes, mas não substituem a leitura e resolução de exercícios. O ideal é PDF + Vídeo aulas + Exercícios. Mas eu sei que seu tempo é escasso, então eu sugiro que priorize sempre a leitura do PDF e resolução de exercícios, de todo o tipo e claro da banca. Aqueles assuntos que tiver maior dificuldade assistam as suas videoaulas, mas se já possui algum conhecimento, ou se deixou para começar estudar em cima da hora, vá direto aos exercícios, pois são a melhor forma de conseguir assimilar grande quantidade de conteúdo em pouco tempo. Como o tempo é escasso e o conteúdo grande, sugiro que tente ir direto para os exercícios nas matérias que sente que conseguirá acompanhar.



1.4. IDENTIFICAR AS PALAVRAS CHAVES E PONTOS FUNDAMENTAIS DO CONTEÚDO

Imaginar que você está explicando para uma criança é muito bom. Ela vai precisar de muitos detalhes, mas o essencial não são nomes e números. Eles devem estar lá, mas não são o principal, pois o são os raciocínios e conceitos.

1.5. PENSAR EM MOVIMENTO E USANDO O MÁXIMO DA IMAGINAÇÃO

Como se um filme estivesse passando. Quanto mais dinamismo você usar melhor. Cores são essenciais para usar todas as habilidades de aprendizagem do seu cérebro. Assuntos mais complicados, por exemplo, você deve fazer uma anotação toda colorida, com desenhos e esquemas, mas fique de olho, pois aqueles que são feitos por você tem uma grande eficácia e é melhor que sejam feitos à mão, pois isso vai ajudar muito na memorização do conteúdo. Isso ajuda sua criatividade como um todo aproveite para se imaginar tomando posse, trabalhando no seu cargo, pois geralmente dá muita motivação para buscar forças na hora do cansaço.



Anotar com esquemas, desenhos ou fazer músicas são métodos muito mais eficientes do que longas anotações no caderno. Muitos concursos ainda se mantêm tradicionais na forma de elaborar suas questões e exigem bastantes detalhes.

1.6. TENTAR CONECTAR AS INFORMAÇÕES

Em geral já farei isso e é tranquilo, pois não se tratam de conexões muito complexas, mas do tipo associar que somos um dos mais importantes produtores agrícolas mundiais e ligar isso com o passado agroexportador, os principais produtos que cultivamos, associar o cultivo ao lugar, clima e os impactos no meio ambiente.



1.7. PROCURE DISCIPLINAR-SE AO MÁXIMO E SER PERSISTENTE

Tenha uma boa alimentação, uma boa noite de sono e mantenha seus hábitos saudáveis, pois são importantes para o seu desempenho, e tenha um horário de estudos. A persistência nos objetivos é a chave do sucesso. Mas cuidado e não mude radicalmente seus hábitos dias antes da prova, pois há pessoas que resolvem de repente entrar na academia e radicalizar na mudança alimentar, mas a essa altura, sem mudanças bruscas.



2. O FUNDAMENTO SOCIAL NA MORAL E NA ÉTICA

Para os gregos não há separação entre ética, política e cidadania. Na verdade, ética e política são inseparáveis para os gregos. Para Aristóteles o homem é um animal político e a ética é o melhor caminho para uma sociedade melhor. Toda a filosofia moral tem por elemento fundamental promover uma vida em sociedade mais harmônica. Cada grande pensador da ética vislumbrou um papel social da ética na sociedade. Já sabemos a visão de Aristóteles, e também de Kant, para completar o debate vamos falar de outra corrente muito importante da filosofia, principalmente na área do direito, que é o pensamento utilitarista de **Jeremy Bentham**. É o criador do princípio da prisão panóptica, bastante conhecida no mundo jurídico, devido ao clássico da filosofia do Direito “Vigiar e Punir”. Influência maior do liberal, pensador da Democracia norte americana John Stuart Mill.

Os utilitaristas acreditam que a melhor atitude a ser tomada é aquela que promove a maior quantidade de felicidade possível.



Da esquerda para a direita: Aristóteles, Kant e Bentham.

A charge permite percebermos o *locus* de cada um dos filósofos.

Na prática as diferentes visões levam a respostas diferentes sobre a melhor atitude a ser tomada. Para Kant, por exemplo, nenhuma mentira deve ser dita e ponto! Não depende das



consequências. Para Bentham você deve fazer o cálculo para pensar sua atitude. Se uma mentira trazer um benefício maior, por que não mentir? Se um amigo lhe pergunta se a calça caiu bem, para Kant, se não, deve-se dizer a verdade mesmo que ele fique chateado. Bentham diria que uma pequena mentira no compute geral deixaria todos mais felizes e não produziria constrangimento. Kant é radical. No exemplo que dava de que se uma amiga se escondendo de um assassino em sua casa, e ele pergunta se ela está lá, mesmo assim deveríamos falar a verdade, independente das consequências. Bentham diria que o melhor a fazer é mentir.

O Primeiro a pensar o comportamento humano com profundidade foi o filósofo grego Sócrates, e a partir dele a filosofia tornou-se um campo de estudos fundamentados na busca da verdade e do pensamento racional e um homem que perguntava a si e aos outros o tempo todo. Era o homem que perguntava.



3. O NASCIMENTO DA ÉTICA E DA FILOSOFIA: ÉTICA E HISTÓRIA

Um exemplo dos diálogos socráticos:

Sócrates dialoga com Eutidemo:

“-Sócrates perguntou-lhe se ser enganador correspondia a ser imoral.

- É claro que sim disse Eutidemo, o que para ele era uma obviedade.

- Mas e se um amigo que estiver muito triste e pretende se matar e você rouba-lhe a faca? Não seria este um ato enganador?

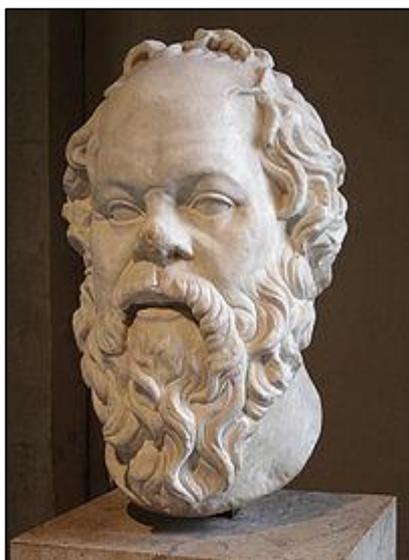
- Sim, com toda a certeza.

- Mas fazer isso não seria moral ao invés de imoral? Trata-se de uma coisa boa, não ruim, embora seja um ato enganador.”



O juízo de Eutidemo de que ser enganador é um ato imoral não se aplica a todos os casos, e Sócrates tentou mostrar-lhe isso.

3.1. SÓCRATES: SÓ SEI QUE NADA SEI



A busca da verdade, e o amor à filosofia serão as principais marcas do pensamento socrático. Ele representa um marco no desenvolvimento do pensamento filosófico racional, ao buscar a essência por trás das coisas, a verdade e seu rigor de pensamento.

Ele é o **epicentro** do pensamento filosófico grego que influenciou o mundo ocidental pelos séculos, destacadamente durante o período que chamamos renascimento cultural (século XIV-XVI) e neoclassicismo (séc. XVIII). Sócrates, Platão e Aristóteles, a tríade do pensamento grego que ainda hoje desperta profundo interesse. É importante que possamos contextualizá-los como homens da época. Vivem num período aristocrático e escravista, mesmo com as transformações políticas e o desenvolvimento da democracia, é comum encontrarmos trechos destacados destes filósofos, como quando Platão defende a naturalidade do escravo, e sua constituição física adequada aos trabalhos. Hoje para os estudantes desavisados, pode soar escandaloso, mas lembre-se que eles representam um profundo avanço para as ideias da humanidade naquela época, mas não deixaram de serem homens dela.

Sócrates não deixou nenhum escrito. Tudo o que sabemos dele foi escrito posteriormente, sobretudo por seu discípulo Platão. As principais referências a ele estão nos “Diálogos de Platão” e



também nos “Diálogos de Xenofonte”, e ainda podemos citar as peças teatrais de Aristófanes, todas elas contemporâneas ao filósofo.

Foi chamado de homem mais sábio de Atenas pelo Oráculo de Delfos, que o considerava o mais sábio entre os Homens pois ele “*sabia que nada sabia*” (**Oráculos** eram jovens que habitavam um templo com sacerdotes e sob transe faziam previsões e revelações).

Foi escultor junto do pai, foi soldado de Atenas e considerado por muito tempo um cidadão exemplar. Não era um ateniense rico, mas possuía ascendência aristocrática, pois fora soldado, e uma condição para isso era custear seus próprios armamentos. Contudo era de família, para os padrões aristocráticos, humilde. Mesmo que escultores gozassem de certo prestígio, ainda sofriam preconceito por exercerem uma atividade manual.

Em sua busca pela verdade encontrava-se frequentemente questionando tudo, principalmente através de diálogos (Platão registrou vários deles). Considerava que, como sua mãe, realizava partos. Procurava libertar a mente das pessoas revelando a verdade que estava guardada dentro de cada um. Usava como elementos de retórica a **maiêutica** e a **ironia**.

A **maiêutica** consistia em realizar várias perguntas sobre as convicções do interlocutor (aquele com que se fala) enquanto as ironizava. Procurava assim demonstrar o absurdo de alguns pensamentos ou condutas. Conduzia o diálogo inicialmente concordando com seu debatedor, então começava a questioná-lo com sua ironia refinada. Dizia sempre que era possível encontrar a verdade dentro de si mesmo, pois os seus deuses interiores a indicavam. A verdade para Sócrates é absoluta única e sublime e não pode, portanto, ser relativizada, tão pouco comercializada. Por isso era um grande opositor dos filósofos sofistas, pois eles vendiam seus conhecimentos e defesas nos tribunais, e defendiam que a retórica é capaz de submeter qualquer argumento e relativizam a verdade, defendendo que havia a verdade de cada um. Foram pelos anos duramente criticados, mas absolvidos por alguns filósofos (como Hegel) que os consideram os primeiros professores, pois ensinavam a retórica e outros conhecimentos como instrumento de participação da *Pólis* e também os primeiros advogados, mostrando que todo pensamento possui pontos de vista diferentes. **A visão de Sócrates e Platão sobre os sofistas é objetiva. Eles não podem vender e relativizar a verdade.**

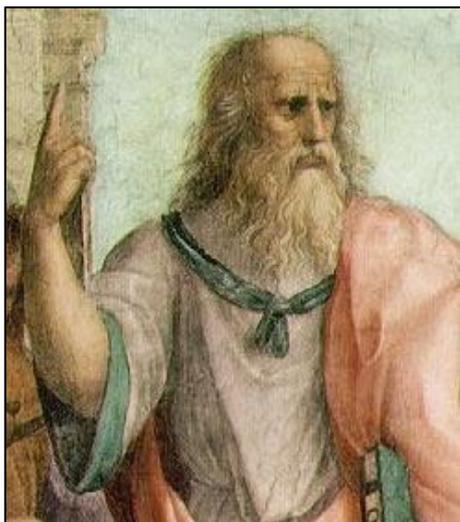
Não há dúvidas de que ele incomodou muita gente. Seu destino não nos deixa pensar diferente. Foi condenado perante o tribunal de Atenas de *corromper* a juventude e duvidar dos deuses. Já era sexagenário quando foi acusado. Quis fazer sua própria defesa e assim o fez. Argumentou contra a incoerências das acusações. Ao fim foi acusado ao exílio ou a ter a língua cortada. Caso se negasse, seria condenado a morte, destino que ele escolheu. Aceitou sua condenação ao beber cicuta, e o fez entre seus pares mais próximos.





Jaques Louis David. A morte de Sócrates. Uma obra do neoclassicismo.

3.2. PLATÃO: A VERDADE ESTÁ NO MUNDO IDEAL



Platão foi discípulo de Sócrates na juventude e seu mestre foi o centro de sua obra filosófica da juventude, principalmente quando pensa na democracia ateniense em sua obra **“A República”**. Repensou todo o sistema político vigente, pois questionava que um sistema de governo em que o mais sábio dos homens foi morto sob acusações que considera incongruentes, destaca que a morte de Sócrates foi por razões políticas, e não culpa o mestre por ter optado pelo caminho mais trágico. Pensou numa nova organização política, defendeu a república com forma ideal de governo, mas com uma divisão hierarquizada como a da sua época.



Para ele a cidade deveria ser **governada por filósofos, defendida pelos guerreiros** (nobres por definição) e **o trabalho realizado pelos escravos**. É um modelo de república nada democrático, na verdade, bastante autoritário, sem a participação no poder dos não sábios.

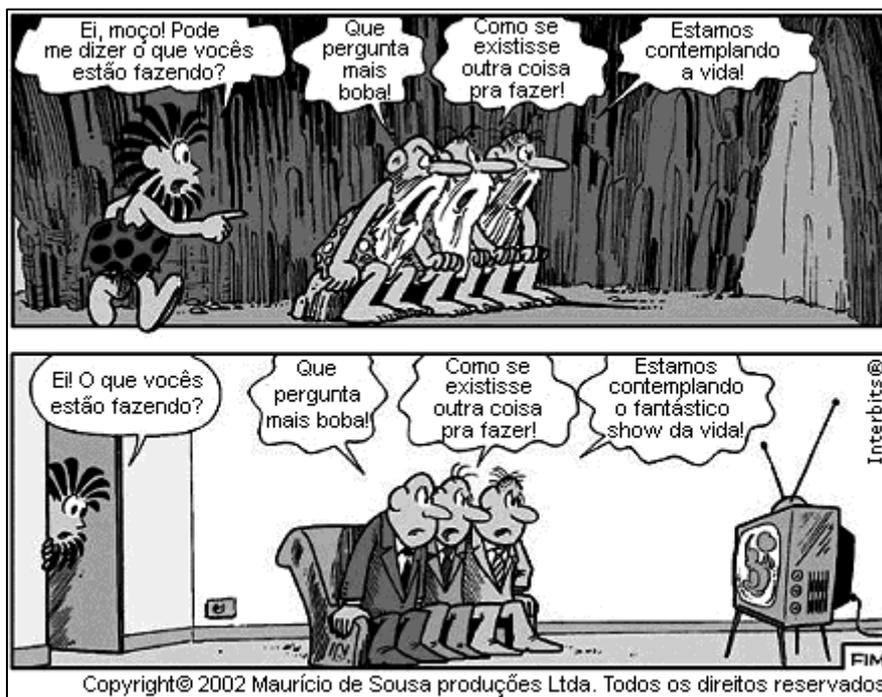
Fundou a **Academia** sua escola de filosofia na qual ensinou por toda vida. Em sua obra da maturidade vai aos poucos formando suas ideias mais originais. Destaca-se por ter resolvido o

debate entre Heráclito e Parmênides. Heráclito é o filósofo do *devir* e que para ele *tudo muda constantemente*, enquanto Parmênides defende que *nada muda*, procurava a essência das coisas. Qual seria a correta? Lembre-se que para Platão a verdade é única. Irá unir as duas ideias na sua concepção da existência de que há um **mundo sensível** e um **mundo das ideias**. Todos os elementos possuem uma dupla existência: uma sensível e uma imaterial. O mundo sensível, ou mundo concreto, a *physis* é imperfeita e uma cópia do que existe no mundo das ideias. De tudo que existe e possui constituição simples, até o que é mais complexo. Imagine uma ânfora (um vaso grego). Ele possui uma existência sensível, imperfeita, finita. Mas é fruto do mundo das ideias, imaterial, onde está a ideia criativa do vaso. É recorrente o uso do termo “amor platônico” para referirmo-nos a um sentimento idealizado.

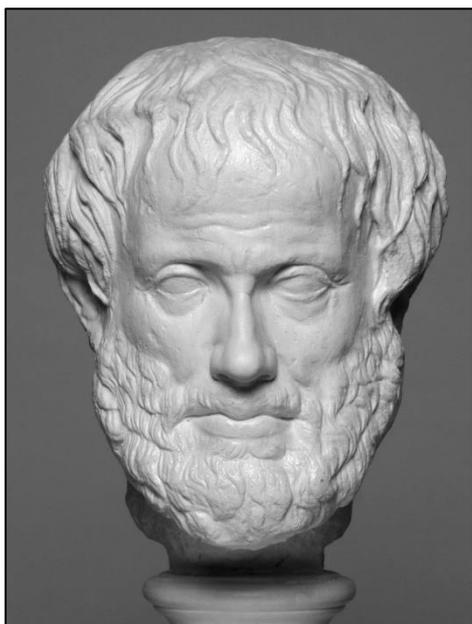
Seu pensamento mais conhecido sem dúvida é a alegoria da caverna em que tenta narrar o processo de descoberta da verdade, como a saída de uma caverna. Abaixo temos uma representação artística da alegoria.

Os homens não veem a verdade, que reside no mundo ideal. Vê somente sombras projetadas no fundo duma caverna, na qual está preso à grilhões (correntes). As sombras são projetadas por tochas que são erguidas por homens. O filósofo consegue se libertar das correntes e sair da caverna em direção à luz, mas o caminho é sofrido. Mas ao sair da caverna, aproveita da mais sublime verdade revelada. Agora pense comigo, o que aconteceria se esse homem retornasse e tentasse dizer aos outros acorrentados? Certamente o considerariam louco, não é mesmo? E o que você imagina que são as tochas erguidas pelo homem? Seriam as instituições sociais que nos inserem ideias ou as que tentam nos tolher (privar) delas, como a noção de justiça imperfeita dos homens, ou falsas verdades pregadas. Analise a imagem com atenção e deixe a imaginação voar.





3.3. ARISTÓTELES: ÉTICA, POLÍTICA E NATUREZA



Foi aluno de Platão e ensinou em sua escola por vinte anos, até a morte de seu mestre. É famoso também por ter sido tutor de **Alexandre, o Grande**. Em sua maturidade fundou sua própria escola, o *Liceu*, em que realizavam estudos principalmente dos elementos constitutivos da *physis*. Foi de seu interesse quase todas as áreas do conhecimento humano na época e seus seguidores, chamados de **peripatéticos** produziram e coletaram muitos manuscritos passados em áreas como botânica, biologia, lógica, música, matemática, astronomia, medicina, cosmologia, física, história da filosofia, metafísica, psicologia, ética, teologia, retórica, história política, do governo e da teoria política e as artes.

Em seus escritos afasta-se das ideias de Platão.



Em política, Aristóteles defende a Monarquia com forma ideal de governo, sobretudo em razão da estabilidade, pois como o poder é hereditário, os homens não perderiam tempo o disputando.

Em termos filosóficos gerais defende que podemos chegar ao conhecimento da verdade através do profundo conhecimento do que há de **concreto** produzido pelo homem e de seu comportamento.

A crítica à Platão é fundamentalmente quanto a separação dos **mundos ideal** e **sensível**. Para ele o universo é regido por leis, num todo ordenado, e que podemos conhece-las através da filosofia. Através dela devemos conhecer profundamente o ser e a sabedoria, a metafísica. Chama de substância a essência das coisas. Para ele essência e aparência são partes do mesmo todo, principalmente inseparável. Para ele, Platão complica as coisas e não explica o movimento da natureza. Aristóteles acha que o ser humano não pode ser sensível e ideal, mas que o ser é uno e uma condição é inseparável da outra. *“Como então as ideias, que são substâncias das coisas, seriam separadas das coisas”*. Filosofar e o conhecimento só poderiam começar a partir do momento que se assume que não se sabe nada. É o espanto do reconhecimento da ignorância um caminho positivo na construção do saber. Com o crescimento intelectual do ser ele sai da *Doxa* (opinião) e vai para a *epsteme* (conhecimento, ciência. Aqui a palavra tem um sentido diferente da que adquire no século XVIII). O ser pode ser visto na sua essência como na aparência e que não é absoluto podendo ser compreendido em várias categorias. É uma tentativa de categorização (criar categorias) para a natureza. No mundo físico o homem pode ser compreendido como ser, como bípede, como animal. Não há um ser ideal, mas várias formas de manifestação do ser, pois a essência é inseparável da aparência.

Entende a sensação como o princípio das indagações. Elas nos produzem memórias que a partir delas nos relacionamos com o mundo. Podemos refletir sobre elas e no acúmulo da **experiência** podemos desenvolver a **arte** (técnicas) e a **ciência**.

Considera ser possível construir o conhecimento através das aparências também. Ele procura as **causas** do aparecimento e do movimento do ser.

É o filósofo da **física** (o estudo da natureza e suas causas e efeitos) e a **metafísica** (o estudo do ser e do próprio conhecimento). Acredita que a virtude é o caminho do meio, o comedimento, pois os extremos não revelam nada e não são produtivos.



TOME NOTA!

A lógica

Foi o filósofo que mais desenvolveu as relações de raciocínio lógico. Para tanto usava silogismos.



4. OS VALORES, DECISÕES E AÇÕES QUE NOS TORNAM HUMANOS

O que nos separa dos animais? A política, a razão e a cultura. São elementos inseparáveis.

- ✓ **Cultura:** Somente os humanos são capazes de refletir sobre as próprias atitudes e ações, organizá-las e reproduzi-las para outros grupos e gerações seguintes.
- ✓ **Uso da Razão:** A capacidade de reflexão permite ao homem refletir sua existência e a sua situação estratégica em relação ao meio. A razão é o principal fator que nos diferencia dos animais e permite o desenvolvimento da ética.
- ✓ A **ética** é a conduta humana refletida. A razão é um pressuposto fundamental para a busca da felicidade individual e harmonia coletiva.

4.1. UM POUCO MAIS SOBRE CULTURA

Empregamos a palavra cultura em nosso dia a dia em sentidos diferentes e muitas vezes contraditórios, vamos entendê-los.

Os sentidos da Cultura:

- ✓ **Ser Culto** ou Inculto - Cultura é identificada como a posse de certos conhecimentos (línguas, arte, literatura, ser alfabetizado). Possuir algo individualmente que o torna superior, sugerindo prestígio e respeito. Agrega-se um juízo de valor em ter ou não ter cultura, ser ou não ser culto, tornado positivo ser “culto” e negativo “ser inculto”.
- ✓ Cultura como **qualidade de uma coletividade**, de um grupo social. A coletividade aparece como um adjetivo qualificativo para distinguir tipos de culturas. As Culturas são caracterizadas como culturas superiores e culturas inferiores através de suas manifestações culturais, sendo assim comparadas.



- ✓ Cultura diante da ideia de que numa mesma coletividade ou numa mesma sociedade pode haver dois tipos de cultura: a de massa e a de elite. Oposição entre as formas de cultura, dependendo de sua origem e de sua destinação.



Cultura de Massa



Cultura de Elite

- ✓ Cultura como um **modo de vida** que identificam uma coletividade, que não utiliza de juízo de valor, rompendo com a ideia de hierarquia cultural.



A palavra cultura como vimos possui muitos sentidos, e alguns deles contraditórios em relação aos outros. *Mas afinal, o que é Cultura?* Há dois significados iniciais para a noção de Cultura:

- ✓ Cultura na língua latina, colere - cultivar, criar, tomar conta, cuidar. Que significa:
 - ❖ O cuidado do homem com a natureza: Agricultura.
 - ❖ O cuidado do homem com os deuses: Culto.
 - ❖ O cuidado com a educação das crianças: Puericultura.

A cultura para os Gregos correspondia ao sentido de Paideia, que significa pedagogia. Cultura como aprimoramento da natureza humana pela educação, formação das crianças, não só pela alfabetização, mas também pela iniciativa à vida na coletividade.

Nesse sentido a palavra Cultura não se opõem ao de natureza, pois os seres humanos são considerados seres naturais, embora sejam diferentes dos animais, são dotados de linguagem e de pensamento. Mas sua **natureza** tem que ser cuidada porque tem uma tendência a ser agressiva e destrutiva, é necessária que seja educada, formada e cultivada de acordo com a construção social de sua sociedade, sendo a cultura a segunda natureza acrescentada à **natureza** de cada um.



Natureza: Essência própria de um ser. Tudo o que existe no universo sem a intenção da vontade e da ação humana. Opondo-se ao que é produzido pelos homens. Para as ciências contemporâneas, a natureza é a realidade externa, mas um objeto de conhecimento elaborado pelas operações científicas para explicar essa realidade.

- ✓ Cultura como **resultado da formação dos seres humanos**. Toda a construção de conhecimento humana: arte, ciências, filosofia, religião, Estado.

Nesse sentido a palavra cultura se opõe à palavra natureza, pois o homem é dotado de vontade livre e razão, agindo de acordo com valores e fins estabelecidos por ele próprio. Alguns pensadores, com por exemplo, Kant, consideram que entre o homem e a natureza há uma diferença essencial, pois a natureza é o reino do determinismo cego, enquanto a cultura é o reino da finalidade livre, das escolhas racionais, do bem e do mal e do verdadeiro e falso.

Com base nesse segundo sentido, a Cultura passou a significar a relação que os homens estabelecem com o tempo e com o espaço, com outros seres humanos e com a natureza, e então cultura passa a ser sinônimo de **história**. O tempo da cultura é o tempo da transformação, das mudanças nos costumes, regras, hábitos e linguagens.



5. PRÁTICAS SOCIAIS, MORAIS, ÉTICAS E O CIDADÃO

Sem dúvida a vida coletiva necessita da ética para que viva em harmonia. Em todas as práticas sociais reproduzimos um padrão moral, em geral aceito pela sociedade. Por exemplo, para criemos uma ética da honestidade devemos observar cada uma das pequenas ações humanas, pois em que medida é diferente desviar dinheiro público, fraudar um concurso, colar em uma avaliação, mentir para o policial? Podemos relativizar cada situação, mas pensando em Sócrates e Kant, o comportamento ético é absoluto e deve ser guiado por uma moralidade que busque o bem comum. A sociedade tem passado por uma profunda crise ética e de valores, em que a reflexão sobre o agir se torna cada vez mais imperativa. Para o grego não era possível distinguir a política da ética e participar ativamente da vida política da Pólis era uma condição para a dignidade da pessoa do cidadão. Não participar das assembleias e da vida pública como um todo era algo muito mal visto.

A política é uma condição necessária e constitutiva da existência humana, assim, onde houver uma sociedade haverá política. Segundo Hannah Arendt a política baseia-se na “pluralidade dos homens, a partir da convivência entre os diferentes, ou seja, não é o domínio, de que se baseia na distinção entre governantes e governados e nem é mera violência, mas ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma.”

O ideal político se caracteriza pela existência de uma comunidade e pela construção e manutenção de uma unidade desta comunidade, sem que para isso ela precise submeter-se a um poder externo, o que não significa uma sociedade sem organização, é importante tomar ciência de que não há uma sociedade sem regras e sanções muito claras. Logo, uma comunidade política ideal, deve estabelecer suas finalidades, regras e prioridades, afim deve autogoverna-se, constituindo sua própria liberdade.

5.1. GRÉCIA E A INVENÇÃO DA POLÍTICA

Não podemos dizer que foram os gregos e romanos que inventaram a política, é claro que civilizações antes deles se organizavam socialmente e politicamente. A diferença entre os gregos, particularmente Atenas, se deu pela forma da constituição e do exercício do poder, o que quer dizer que antes deles não existiam o poder e a autoridade propriamente políticos.

Os gregos inventaram a democracia, ou seja, a esfera pública, eles substituíram o poder despótico ou patriarcal exercido pelo chefe de família sobre um conjunto de famílias a ele ligadas por laços de dependência econômica, militar ou por alianças matrimoniais numa esfera privada, por um tipo de poder que fosse exercido numa esfera pública, ou seja, criaram uma instituição na qual



os privilégios da soberania não se restringiam a um ou a poucos, mas que fosse exercida pelo povo (demos).

A democracia Ateniense o princípio da soberania do povo, significava a igualdade entre os **cidadãos**, e se sustentava pelo exercício da **cidadania** ativa, através da igualdade na vida política.

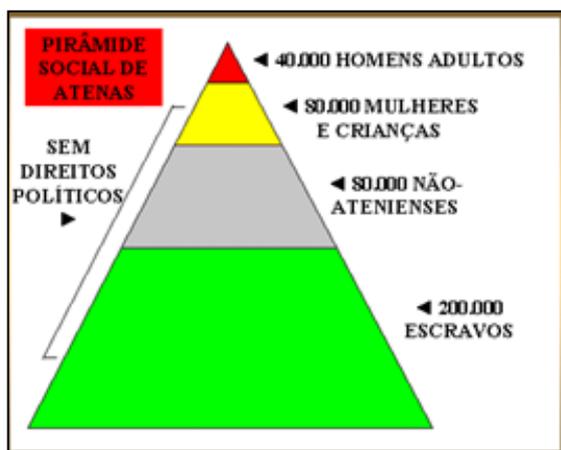
- ✓ **Cidadão** é um indivíduo que convive em sociedade- grupo de indivíduos entre os quais existem relações recíprocas. É o habitante da cidade, e tem o direito de gozar de seus direitos civis e políticos do Estado em que nasceu, ou no desempenho de seus deveres para com este.



“A Era de Péricles” Na representação do alemão Philipp Von Foltz, de 1853.



Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país. Gozo pleno de seus direitos políticos: votar e ser votado.



Ao analisar a pirâmide social de Atenas é necessário reconhecer que a igualdade jamais foi plena, quando só eram considerados cidadãos apenas os homens adultos, nascidos em Atenas, sendo excluídos da política as mulheres, crianças, estrangeiros e escravos.



A organização política da Grécia se estruturava por cidades independentes chamadas de Cidades-Estados (Pólis).

A política de Aristóteles e Platão destacam-se como ideais que contribuíram para o desenvolvimento da Democracia na Grécia antiga. Uma característica do pensamento político grego está na discussão de como deveria ser a política e não como ela realmente é, assim, esses filósofos fazem uma crítica ao sistema democrático grego.

Platão viveu na Grécia antiga durante o período de decadência da democracia ateniense, por isso pensou que aquela forma de democracia não era uma boa forma de governo. O filósofo acreditava que os mais capazes são os que deveriam governar a cidade, e considerava que o mais bem preparado para governar é o filósofo, pois ele através do exercício da razão governaria justamente.

O humano para Platão é dotado de três almas ou três princípios de atividade:

- ✓ Alma concupiscente ou desejanste: Busca satisfação dos apetites do corpo, tanto os necessários à sobrevivência como os que apenas causam prazer.
- ✓ Alma irascível ou colérica: Defende o corpo contra as agressões do meio ambiente e de outros humanos, reagindo a dor para proteger nossa vida.
- ✓ Alma racional ou intelectual: Dedicção ao conhecimento.

Platão diz que os seres humanos e a *pólis* possuem a mesma estrutura, sendo formada por três classes sociais:



- ✓ A classe econômica dos proprietários de terra, artesãos e comerciantes, que garantem a sobrevivência material da cidade.
- ✓ A classe do militar dos guerreiros, responsável pela defesa da cidade.
- ✓ A classe dos magistrados, que garante o governo da cidade sob as leis.

Segundo Platão uma cidade perfeita seria aquela governada pelos sábios, donos de um caráter racional, os detentores de um caráter irascível por serem corajosos e se dedicarem a proteção e segurança da cidade e aqueles de caráter concupiscível, ambicioso, o que seriam responsáveis pela produção dos bens necessários à sobrevivência de todos. Com essa organização os indivíduos seriam felizes, viveria de maneira mais adequada, assim a cidade seria autossuficiente e feliz.

Assim como Platão, **Aristóteles** também não considerava a democracia um sistema que promovesse o bem comum. O filósofo procurou classificar as boas formas de governo, para ele o que torna um governo bom é aquele que busca o bem comum, o interesse de todos, sendo a única maneira de garantir a felicidade. E o mau governo, é aquele no qual o governante governa buscando garantir seus próprios interesses, e não no interesse da coletividade.

Aristóteles se preocupa com a qualidade das instituições políticas, assembleias, tribunais, forma da coleta de impostos e tributos, distribuição da riqueza, organização do exército.

O filósofo define “três formas puras” de governo:

- ✓ **Monarquia:** o governo de uma só pessoa visando ao interesse comum, mas também pode se tornar uma tirania, na qual uma pessoa governa apenas voltada para a defesa de seus próprios interesses.
- ✓ **Aristocracia:** o governo de um pequeno grupo que defende o interesse de todos, mas também pode gerar uma oligarquia, na qual o grupo governa apenas voltado para seus próprios interesses.
- ✓ **República:** o governo de um grande grupo que defende o interesse de todos, mas pode degenerar uma demagogia, na qual governa-se em proveito próprio, manipulando os demais.



6. A CIDADANIA NO BRASIL

Cidadão é aquele que tem pleno gozo de seus direitos civis e políticos. A cidadania assim como a democracia, é o produto de uma construção histórica. A ideia de cidadania atualmente está diretamente relacionada ao conceito de democracia.

O Brasil teve um longo processo de criação e desenvolvimento do Estado nacional, fundamentalmente a partir de nossa independência em 1822. De lá para cá, tivemos uma formação com muitos conflitos, disputas de poder e dores de crescimento. Para pensarmos no Estado, é importante o analisarmos como ele é efetivamente na forma de lei e compreendermos que é o produto da construção racional humana, que foi concebido e transformado no decorrer do tempo. Está no artigo primeiro de nossa Carta Magna, em seu parágrafo único que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”. Quem detém o poder é o povo brasileiro, mas via de regra esse poder é exercido por seus representantes eleitos através do voto. A soberania popular é exercida indiretamente pelo sistema parlamentar e pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, de acordo com art. 1º da lei nº. 9.709/1988, bem como das normas constitucionais pertinentes, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. Os três primeiros artigos da constituição de 1988 são fundamentais para analisarmos a cidadania. É chamada de constituição cidadã pois é a que confere maiores direitos sociais das sete constituições da História do Estado brasileiro. Veja um trecho de nossa carta constitucional:

Título I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - A soberania;

II - A cidadania

III - A dignidade da pessoa humana;

IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - O pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

A soberania popular se expressa no direito de voto e nas consultas populares como plebiscitos e referendos. A cidadania pressupõe direitos e deveres do cidadão. Direito de votar e ser votado, de



expressar livremente sua opinião – mas é vedado o anonimato. Para o justo exercício da cidadania é importante que elementos fundamentais à dignidade humana como a moradia, alimentação e educação sejam ofertados aos cidadãos de modo a garantir seu desenvolvimento pleno e o pleno gozo de suas capacidades.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento nacional;

III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os objetivos fundamentais da República do Brasil fundam-se em fatores constitutivos que viabilizam a solidificação da democracia e suas instituições, bem como a ampliação da cidadania.

O direito de voto na história política brasileira é um elemento essencial para compreendermos a ampliação da cidadania. Destaco dois momentos: A conquista do direito de voto das mulheres, que foi fruto de uma longa luta de organizações femininas que militavam pelo direito participação cidadã desde 1912 e o direito de voto dos analfabetos, positivado na constituição de 1988. Se bem que o voto dos analfabetos na história nacional sempre ocorreu e foi um fator de dominação política clientelista (relações de domínio e dependência), pois era vedado desde a constituição de 1892, a primeira da república. O voto era manipulado na república velha, que foi até 1930 com uma fraude muito simples. Era comprovação da alfabetização ter assinatura. Então os trabalhadores dependentes de grandes fazendeiros eram analfabetos mas aprendiam a desenhar seu nome para votar. Para continuar os avanços na consolidação e ampliação da cidadania o país tem importantes desafios como por exemplo erradicar a pobreza e garantir uma democracia étnica e de gênero, dois desafios bastante grandes para uma sociedade que traz em seu bojo a herança da formação da sociedade brasileira, inicialmente como uma sociedade patriarcal e escravista.

O conceito de cidadania hoje é indissociável do conceito de Democracia.



7. A IDEIA DE DEMOCRACIA, DIREITO E CIDADANIA MODERNA

Diferentemente da Grécia e Roma antiga, no decorrer da Idade Moderna, mais precisamente em meados do século XVI, princípios como o de individualismo e liberalismo político passaram a nortear novas concepções sobre direitos, visando não somente a busca por igualdade e sim também por liberdade, o que influenciou diretamente na organização do Estado e das dinâmicas sociais. Nesse contexto histórico a principal questão política fundamentava-se na limitação do poder do Soberano (governante que se confundia com o próprio Estado) e a ampliação das liberdades individuais, como o direito à propriedade privada e a garantia de defender-se judicialmente.

As explicações e propostas de organização do Estado e de exercício da cidadania foram elaboradas por pensadores que defendiam a ideia da existência de um estado de natureza humano, por isso a necessidade da existência de um **contrato social**.

- ✓ **Estado de Natureza:** Momento em que os homens compartilham do direito de agir como desejam, em razão de não haver limitação legal contrária a isso.
- ✓ **Contrato Social:** ideia de acordo entre os membros de um grupo, pelo qual reconhecem a autoridade, igualdade sobre todos, de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante.

Contratualistas:

Thomas Hobbes (1588-1679)	John Locke (1632-1704)	Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)
Os homens, quando em estado de natureza , tendem a agir pela força e pela violência para conseguir o que desejam — o que acaba provocando a guerra de todos contra todos . Por isso, para disciplinarem a si mesmos e garantirem seu bem-estar, seria necessário firmar um contrato social , regulado	O poder soberano deve permanecer nas mãos dos cidadãos, que são os melhores juízes de seus próprios interesses. Cabe ao governante retribuir a delegação de poderes, garantindo a todos os direitos individuais: segurança jurídica e propriedade privada. Para Locke, o princípio da maioria é fundamental	A desigualdade causada pela existência da propriedade privada seria a causadora de todos os males que assolam o ser humano. Diante disso, em um contrato social que visasse melhor convivência entre os indivíduos seria preciso definir a questão da igualdade e do



por uma autoridade soberana (monarca). Esse **poder absoluto**, no entanto, não se justifica pelas teorias do direito divino dos reis, mas sim pela transferência dos direitos dos indivíduos ao soberano. É em nome desse contrato social que o poder deve ser exercido, e não para a realização da vontade pessoal do governante.

para o funcionamento das instituições políticas democráticas e das leis: devem valer para todos. Por isso, a elaboração das leis deve estar a cargo de **representantes escolhidos pelo povo**, que exerceriam o papel de legisladores no interesse da maioria: o regime político proposto por Locke é, portanto, uma democracia representativa.

comprometimento entre todos. Se a vontade individual é particular, a do cidadão (que vive em sociedade e tem consciência disso) deve ser coletiva, devendo haver interesse no bem comum. A participação política é, então, ato de deliberação pública, que organiza a vontade geral e traduz os elementos comuns a todas as vontades individuais. Este seria, portanto, o núcleo do conceito de democracia.

O autor afirma que a democracia só pode existir se for **diretamente exercida pelos cidadãos**, sem representação política, pois a vontade geral não pode ser representada, mas exercida diretamente.

Outra perspectiva de contribuição para compreender a organização do Estado e do exercício da cidadania foi elaborada pelo pensador francês Charles-Louis de Secondat, mais conhecido como Montesquieu (1689-1755). Defendendo o princípio de que a igualdade democrática é algo muito difícil de garantir, propõe um sistema que estabeleça limites aos que estão administrando o poder do Estado e assim garantir a liberdade dos indivíduos.

Em seu livro “**O Espírito das Leis**”, Montesquieu propõe a divisão do sistema administrativo em três poderes:



- 1. Legislativo:** Tem por objetivo fiscalizar o poder Executivo, criar e votar leis em instancias relativas ao municipal, estadual e federal.
Ex.: proibição de fumar em local fechado, Lei Maria da Penha, reconhecimento do casamento homo afetivo ou então votar um processo de impeachment.
- 2. Executivo:** governar a nação e administrar aquilo que é público.
Ex.: implementação da CPMF, escolha de ministros, sancionar ou vetar uma lei.
- 3. Judiciário:** julgar a base das regras constitucionais e leis criadas pelo legislativo.
Ex.: Tempo de pena de prisão a um condenado, arquivar um processo.

A democracia para Montesquieu seria garantida pelo equilíbrio entre os três poderes, esses que assegurariam a liberdade dos individuais.



1. (CESPE - Analista Legislativo - Câmara dos Deputados - 2014)

No que se refere à legitimidade, às dimensões do poder, ao Estado e à sociedade, julgue o item a seguir:

Todo princípio de legitimidade do poder deve conter elementos descritivos que o tornem digno de confiança, de modo que se produza, em parcela significativa da população, um grau de consenso capaz de assegurar a obediência do cidadão.

Comentários

É o fundamento do contratualismo: O homem cede parte de sua liberdade obedecendo as leis do Estado em troca de segurança, liberdade e a propriedade privada. Para que o governo seja legítimo é necessário um grau de consenso entre os cidadãos para a manutenção da ordem pública e a obediência dos cidadãos, pois de acordo com os próprios contratualistas, John Locke no caso, se o Estado não cumpre sua parte no contrato o cidadão pode rebelar-se contra ele.

Resposta: certo.



7.1. A IDEIA DE DEMOCRACIA, DIREITO E CIDADANIA CONTEMPORÂNEA

Para Norberto Bobbio, que define democracia como uma sociedade “caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Assim, o direito ao voto, ou seja, à participação na escolha de quem vai exercer o poder, é um critério fundamental, no qual, o ideal limite é a “onnicracia”, o poder de todos. Neste sentido de participação nas escolhas é que ocorreu uma grande ampliação da cidadania do século XIX até hoje.

A partir da emergência e consolidação das duas grandes Revoluções Burguesas, a Francesa e a Industrial, na Europa do século XIX surgem novas propostas de explicação e organização social referentes à Democracia, Direito e Cidadania, essas foram elaboradas através do confronto de princípios políticos ligados ao Liberalismo e ao Socialismo.

O **liberalismo** foi uma doutrina política e econômica que, em suas formulações originais, postulava a **limitação do poder estatal** em benefício da liberdade individual. Esse sistema converteu-se, desde o final do século XVIII, na ideologia da burguesia em sua luta contra as estruturas que se opunham ao livre jogo das forças econômicas e à participação da sociedade na direção do Estado. Sendo assim defende a limitação dos poderes governamentais, buscando a proteção dos direitos econômicos, políticos, religiosos e intelectuais dos indivíduos. Para os liberais, a liberdade depende da menor interferência possível do Estado e das leis.

7.2. AUTORES LIBERAIS

- ✓ **Benjamin Constant:** em seu livro *A liberdade dos antigos comparada com a dos modernos*, afirma que a liberdade dos modernos é garantida através dos direitos civis e políticos garantidos pelo Estado, enquanto para os antigos a liberdade se torna impraticável pois a liberdade se dá por meio da participação direta na elaboração das leis.
- ✓ **Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill:** defendem a organização da uma sociedade liberal por meio da Democracia representativa. Esse tipo de democracia é garantida por indivíduos que tem a capacidade de se autogovernar.

A Democracia representativa defendida por esses autores tem por característica:

- ❖ Voto (sufrágio universal).
- ❖ Soberania popular.
- ❖ Representantes políticos.
- ❖ Participação indireta, periódica e formal dos cidadãos por meio das instituições eleitorais.



- ❖ Representação entre os poderes.
- ❖ Respeito às leis.
- ❖ Livre manifestação de pensamento.
- ❖ Cidadania.



O sufrágio universal é apenas o início do processo de democratização do Estado. Para o liberalismo é o ponto de chegada.

Para a ideia **socialista**, o sufrágio universal é apenas o início do processo de democratização do Estado, enquanto para o liberalismo é o ponto de chegada.

7.3. DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, SOCIAIS E HUMANOS



Apesar de seu pessimismo a charge acima nos remete a reflexão do tema relacionado aos Direitos exercidos pelos cidadãos.

O britânico e sociólogo Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) ao analisar a história dos direitos em seu país percebeu três ondas sucessivas (universal) da consolidação dos direitos. Essa onda segue o seguinte movimento cronológico:



Esses direitos estão constantemente sendo construídos, pois as relações humanas estão sempre estabelecendo novos parâmetros na qual exigem a reformulação ou criação de novos direitos, o que nos leva buscar mais liberdade, garantias e melhorias coletivas. A elaboração de Marshall não perde de vista os Direitos Humanos, já que esses direitos são exercidos de formas indivisíveis.

7.3.1. Direitos Civis

Relação jurídico-política que define direitos e deveres de cada indivíduo, frente aos outros indivíduos e frente ao Estado.

Diz respeito à liberdade dos indivíduos e na existência da justiça e das leis. Referem-se à garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de se manifestar, de se organizar, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso e não sofrer punição a não ser pela autoridade competente e de acordo com a legislação vigente.

Esses direitos surgiram no decorrer da **Revolução Gloriosa (Inglaterra 1689)** na qual através da aprovação do **Bill of Rights** (declaração de direitos) proibia-se que um monarca católico voltasse a governar o país, além de eliminar a censura política reafirmando o direito exclusivo do Parlamento em estabelecer impostos e o direito de livre apresentação de petições. A declaração ainda garantiu ao parlamento a organização e manutenção do exército, tirando qualquer possível margem de manobra política e institucional possível do monarca.



7.3.2. Direitos Políticos

“Direitos que asseguram o exercício da capacidade de influir nas decisões políticas, seja diretamente por meio de atividade governamental ou associativa, seja indiretamente, por meio do voto.”

Referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade e consistem no direito de fazer manifestações políticas, de se organizar em partidos, sindicatos, movimentos sociais, associações, ONGs e de votar e ser votado.

O surgimento dos Direitos Políticos se deu a partir do século XIX principalmente na Inglaterra. Trabalhadores ligados a produção industrial passaram a se organizar por meio de mecanismos democráticos buscando melhores condições de trabalho e participações nas decisões políticas. Essas organizações deram origem aos sindicatos e partidos políticos, lutando para fazer valer seus direitos trabalhistas e participativos. Esse movimento recebeu o nome de **cartismo**. Nesse mesmo século ocorre na Inglaterra o aumento dos preços e dos impostos, fato na qual levou com que a população reivindicasse a diminuição dos impostos e a **reforma no Parlamento**. Essa reforma parlamentar satisfaz a burguesia, mas não trouxe benefícios aos trabalhadores. Em **1836**, alguns operários agruparam-se, formando a "**Associação dos Operários**", que continuava a luta pelo *sufrágio universal*. Em **1837**, a associação redigiu a "**Carta ao Povo**" (daí o nome cartista, de carta), contendo seis pontos de reivindicação:

1. Sufrágio universal.
2. Igualdade dos distritos eleitorais.
3. Supressão do censo.
4. Eleições anuais.
5. Voto secreto.
6. Pagamento aos deputados do Parlamento.

O fato dos trabalhadores ingleses se organizarem e exporem suas reivindicações proporciona o surgimento dos direitos políticos.

Exemplos do exercício dos direitos políticos:

- ✓ Exercício do voto
- ✓ Ser membro de um Partido Político
- ✓ Parada Gay



7.3.3. Direitos sociais

Direitos que possibilitam a participação igualitária dos membros de uma sociedade nos seus padrões básicos de vida.

Diz respeito ao atendimento das necessidades básicas do ser humano, como alimentação, habitação, saúde, educação, trabalho, salário justo, aposentadoria.



As duas Charges acima representam a falta da garantia de direitos sociais básicos. Na primeira charge no momento em que uma das duas crianças responde que não chegará aos 16 anos, ela expõe a falta de segurança. Já na segunda demonstra que a constituição garante o direito à moradia, porém, a realidade dos cidadãos não condiz com seu direito social básico.



2. (VUNESP – Analista Administrativo 2014).

O atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, incluindo o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao sossego e ao lazer, conforme disposto no novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, está relacionado e compreendido diretamente pelo que a lei denomina de:

- A) Gestão Democrática.
- B) Função Social da Propriedade Urbana.
- C) Metas Sociais Urbanas.
- D) Plano Estratégico da Cidade.

E) Função Social da Cidade.

Comentários

Função social da cidade está claramente expressa no texto. Ela tem a função social de abrigar em moradias dignas a população, bem como garantir mobilidade, segurança e sossego então não há dúvidas, alternativa [E]. Gestão democrática é aquela em que possibilita a participação do cidadão. Função da propriedade urbana é a sua função social, enquanto objeto urbano imóvel, metas sociais são os objetivos a serem alcançados e plano estratégico é o plano diretor que planeja o crescimento e desenvolvimento urbano.

Gabarito: E

7.3.4. Direitos Humanos

São direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

A Frase de Hannah Arendt pensadora e intelectual alemã expõe a fundamentação dos direitos humanos.



Contexto: Surgiu após a 2ª Guerra Mundial

Causas que levaram ao surgimento dos Direitos Humanos:

- ✓ Surgimento do sistema político Nazi-Fascista na Europa.
- ✓ Fim das liberdades civis, políticas e sociais.
- ✓ Intolerâncias étnicas, sociais, religiosas e de gênero.
- ✓ Holocausto.
- ✓ Experiências científicas com humanos.

Após o término da segunda guerra mundial visando pôr fim a qualquer tipo de sistema de governo que viesse a repetir os horrores dessa guerra, diversas nações se reuniram e através da ONU



(Organização das Nações Unidas), aprovaram em 10 de dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, leis que são universais e irrevogáveis que tem por objetivo:

1. Garantir o direito à vida e a dignidade de cada pessoa.
2. Garantir a liberdade e a igualdade de todos.
3. Garantir os direitos das “minorias” reconhecendo a pluralidade como meio de combater ações discriminatórias e privilégios de alguns grupos.
4. Combater universalmente as Intolerâncias, as injustiças e desigualdades.
5. Proporcionar o diálogo entre os países e impedir conflitos entre eles por questões políticas, econômicas ou culturais.

Abaixo alguns artigos presentes na carta que garantem o objetivo dos Direitos Humanos.

✓ **Declaração Universal dos Direitos Humanos:**

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Artigo I - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras em espírito de fraternidade.

Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo III - Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente. Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

✓ **Expansão dos direitos humanos:**

A expansão dos Direitos Humanos foi garantida através de tratados entre as Nações ligadas a ONU após sua criação.

Exemplos:

- ❖ Convenção para a Preservação e a Repressão do Crime de Genocídio (1948).
- ❖ Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965).
- ❖ Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979).
- ❖ Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).



❖ Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006).

Sendo assim as garantias proporcionadas pelos direitos humanos garantem a manutenção dos demais direitos, estabelecendo uma constante luta por igualdade e liberdade.

A cidadania pressupõe uma série de direitos políticos, civis e sociais para que ela possa se consolidar plenamente. Vamos apresentar nesta aula um grande leque de elementos conceituais e teóricos que podem ser abordados sobre cidadania. Já vimos o conceito, seu surgimento e desenvolvimento. A ampliação da cidadania no Brasil foi muito evidente após a proclamação da república com o fim do voto censitário que vigorava no império. De lá para cá, a sociedade vivenciou uma grande ampliação da cidadania, inicialmente ligada ao direito de voto popular, o voto secreto, o voto feminino, e atualmente ligada à uma ampliação dos direitos sociais. Leis protetivas contra a violência persistente contra a mulher, como a lei maria da Penha é um exemplo da ampliação da cidadania. O combate à miséria, uma das metas do milênio propostas pela ONU também ampliam e melhoram qualitativamente a cidadania. Ser cidadão pressupõe termos direitos e obrigações. É importante termos noção destes direitos para poder praticá-los. A noção de cidadania e de justiça social estão diretamente relacionadas às transformações vividas nos espaços rural e urbano. O país passou por uma modernização conservadora da agricultura, mecanizando o campo e produzindo um grande excedente populacional que migrou para as cidades. Este êxodo rural foi muito intenso e não foi acompanhado de políticas públicas que pudessem minimizar o impacto de tamanho aumento da população. Uma consequência direta é o processo de favelização com a ocupação de áreas menos privilegiadas e até de risco como morros em que acidentes provocados por desabamentos em épocas de chuva é muito comum. Sociologicamente consideramos parte dos problemas estruturais da sociedade como uma relação capital/trabalho que impacta ao mesmo tempo os espaços agrícolas com a expansão do agronegócio e o crescimento desordenado das cidades, provocando uma hipertrofia no setor terciário (serviços), um processo de ocupação desordenada do solo urbano com a proliferação de favelas. No campo, destacadamente na região norte e centro oeste onde estão as chamadas frentes pioneiras, ou seja, a área de expansão da fronteira agrícola. Nestes limites tem surgido as chamadas cidades do campo em que se desenvolvem totalmente ligadas à logística do agronegócio e esfacelam as formas tradicionais de vida. Desde a constituição de 1988 a cidadania foi retirada do brasileiro pelo regime autoritário que vigorou até 85 e criou as bases legais para que seja ampliada cada vez mais. Para a realização de políticas públicas (políticas do Estado com o objetivo de garantir serviços essenciais e direitos) a sociedade conta com alguns instrumentos. O primeiro a destacar é o controle social, que detalharei mais adiante. Não é o controle do estado sobre a sociedade e sim as possibilidades de participação cidadã na condução das políticas públicas. Também há movimentos sociais. Seu objetivo é pressionar o Estado para atender determinadas demandas da sociedade. A constituição garante o direito à manifestação, mas o anonimato é vedado. Hoje no Brasil existem diversos movimentos sociais que lutam por diferentes demandas



como reivindicações feministas, ambientais, entre outras. O controle social é importante pois nem sempre as políticas públicas atentem aos interesses das populações mais carentes.

7.3.5. A constituição de 1988. A constituição cidadã

- ✓ **1988 (promulgada):** Nossa atual constituição é chamada cidadã pois amplia o sentido de cidadania garantindo além da liberdade de expressão e organização política, direitos sociais como acesso educação e saúde pública, gratuita e de qualidade. Foi promulgada no contexto da redemocratização do Brasil, pós ditadura militar.
 - ❖ **Contra a arbitrariedade do Estado** (O Estado deve seguir a lei e proteger o indivíduo).
 - ❖ **Proibição da pena de morte e da tortura** (decorrente do primeiro ponto).
 - ❖ **Direitos do cidadão.** Todos têm direitos que devem ser respeitados pelo Estado: direito à liberdade individual, de poder mudar o governo, de **receber assistência social do Estado** em saúde, educação, moradia e aposentadoria, livre manifestação de suas ideias através de **partidos** e **organizações da sociedade civil**.
 - ❖ **Igualdade de gênero** (entre homens e mulheres).
 - ❖ **Proteção ao índio.**
 - ❖ **Fim da censura.**
 - ❖ **Racismo é crime.**
 - ❖ **Voto para os analfabetos**, e opcional aos 16 anos.
 - ❖ **Eleição em 2 turnos.**
 - ❖ **Equilíbrio e independência dos 3 poderes.**





Duas constituições foram promulgadas em um contexto de **redemocratização**: a de 1946 (após a ditadura varguista do “Estado Novo”) e a de 1988 (após a ditadura militar).

8. O ESTADO BRASILEIRO APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO

Com a redemocratização, o país tem passado por uma lenta transformação. Durante o governo Sarney foi realizada a constituinte que culminou com a possibilidade legal de uma grande ampliação da cidadania. A constituição deu a base legal para a ampliação da cidadania, que deu margem hoje à possibilidade da existência do estatuto da criança e do adolescente, do idoso, das leis sobre transparência pública, responsabilidade fiscal, ampliação da cidadania quanto a possibilidade de participação nas decisões do Estado, o chamado “controle social” público do Estado, uma nova noção de **ampliação da participação cidadã**. O reconhecimento do **casamento homoafetivo** por exemplo e do **aborto** são discussões morais e bioéticas que cada vez mais há uma tendência do Estado a permitir e ampliar direitos individuais e respeitar as minorias. A lei Maria da Penha é consenso da maioria dos especialistas dentro de polêmicos debates que é um enorme avanço na cidadania e direitos sociais pois uma democracia avançada protege minorias e as mulheres são protegidas de violência.





3. (ESAF - Analista de Finanças e Controle - CGU - 2004)

Numere a segunda coluna de acordo com a primeira. Em seguida, assinale a opção que contém a sequência correta.

(1) Conjunto de decisões e ações relativas à alocação de recursos públicos visando a mitigar ou eliminar desigualdades permanentes e auto reproduzidas, bem como assistir e fortalecer os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

(2) Direitos necessários ao exercício da liberdade individual, como por exemplo, o de ir e vir, de contratar, de empreender e de possuir propriedades.

(3) Relação jurídico-política que define direitos e deveres de cada indivíduo, frente aos outros indivíduos e frente ao Estado.

(4) Direitos que possibilitam a participação igualitária dos membros de uma sociedade nos seus padrões básicos de vida.

(5) Conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

(6) Direitos que asseguram o exercício da capacidade de influir nas decisões políticas, seja diretamente por meio de atividade governamental ou associativa, seja indiretamente, por meio do voto.

() Cidadania política

() Política social

() Cidadania social

() Cidadania civil

A) 6, 5, 4, 3.

B) 6, 1, 4, 2.

C) 3, 5, 2, 4.

D) 5, 1, 4, 2.

E) 5, 1, 2, 4.

Gabarito: B



9. EXERCÍCIOS



Como é um assunto amplo e com possíveis abordagens, optei por abordar de tudo. Disponibilizo aqui uma lista bem completa com exercícios variados, de concursos e de bancas vestibulares mais difíceis, cujos exercícios servem de importante reflexão e análise.





1.

A figura a seguir chama a atenção para a persistência, na atualidade, de um dos antigos problemas sociais.



MOREIRA, J. C.; SENE, E. de. "Geografia para o ensino médio": geografia geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2002. p. 154.

Josué de Castro, em seu livro "Geografia da Fome", publicado, no Brasil, pela primeira vez, em 1946, chama a atenção para a fome não apenas na perspectiva biológica mas como um problema de ordem política e social. Também o artigo "Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil", de Rodolfo Hoffmann, publicado em 1995, assinala que o problema da fome no país não se deve à pouca disponibilidade de alimentos, mas a outros fatores de caráter socioeconômico. O "Programa Fome Zero", do atual governo federal, propõe o combate à fome a partir de políticas que envolvem aspectos econômicos, políticos e sociais que garantam a cidadania.

As informações levam ao entendimento de que **O COMBATE À FOME NO BRASIL DEVE SER ORIENTADO POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO QUE PRIORIZE A CONDIÇÃO DE CIDADANIA.**

Baseando-se nas ideias expostas acima, explique a afirmação em destaque.

Comentários

Uma das condições básicas para a inserção social relaciona-se à cidadania como expressão da possibilidade de participação da população na resolução de seus problemas.



A plena cidadania insere o indivíduo que passa a fazer parte das discussões sociais mais relevantes.

2.



Com base na análise da charge e nos conhecimentos sobre a organização do espaço mundial e brasileiro e a questão da cidadania, marque **V** nas afirmativas verdadeiras e **F**, nas falsas.

- () O sistema econômico se manteve intacto, interferindo, desde o período colonial, na construção da cidadania e, conseqüentemente, a única solução para mudar esse quadro seria a adoção de um novo sistema econômico.
- () A cidadania objetiva, entre outros, a priorização do homem na sociedade, enquanto o sistema econômico empurra o homem para a sua periferia.
- () O sistema econômico adotado no país impede a participação estatal no processo produtivo, razão pela qual ocorre a excludência.
- () As interferências do sistema econômico nos direitos do cidadão só ocorrem nas regiões periféricas do país, pois nas regiões centrais o positivo processo produtivo inibe as desigualdades sociais.
- () O capitalismo contemporâneo promove a exclusão e a desigualdade, retardando o processo de consolidação da cidadania plena.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F – V – F – F – V.
- B) F – V – V – F – V.
- C) V – F – V – F – F.
- D) F – F – V – V – V.
- E) V – F – F – V – F.



Comentários

[FALSA] – O capitalismo sofreu alterações em sua história e, portanto, não se manteve intacto.

[VERDADEIRA] – A afirmativa corresponde à análise da charge.

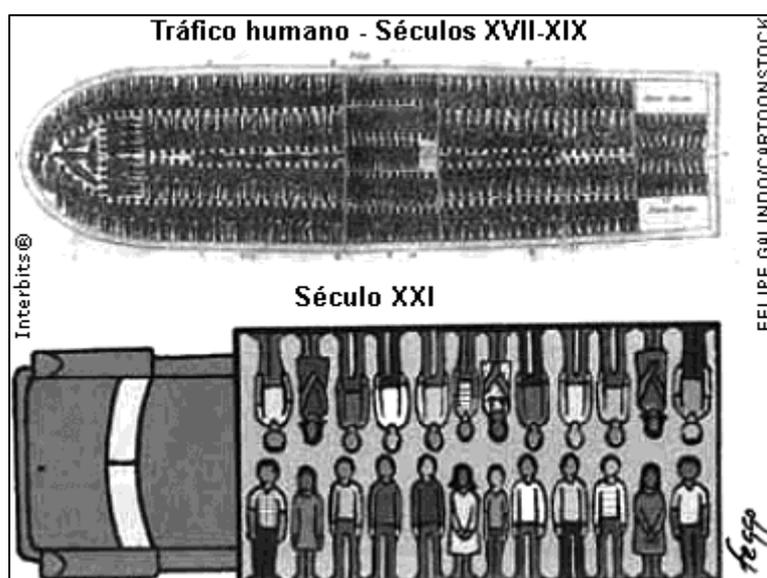
[FALSA] – A charge indica a exclusão social como produto do sistema econômico.

[FALSA] – A desigualdade social é característica do capitalismo e, portanto, com maior ou menor intensidade, ocorre em todo o planeta.

[VERDADEIRA] – A análise da charge indica a exclusão social como produto do sistema econômico.

Gabarito: A

3.



Nas figuras, o cartunista compara o tráfico negreiro com o transporte ilegal de imigrantes. A comparação do cartunista e os conhecimentos sobre as migrações no mundo revelam que os imigrantes:

- I. em situação irregular ficam sujeitos a incertezas e discriminações e acabam por integrar marginalmente a força de trabalho, o que se transforma, em alguns casos, em escravidão.
- II. tem plena cidadania, gozam dos direitos civis, como serviço de saúde, de educação e de transporte.
- III. assumem trabalho pesado com baixa remuneração e vivem em bairros afastados ou nos subúrbios das cidades.
- IV. são vítimas de atitudes racistas e/ou de intolerância conhecidas como xenofobia.

Está(ão) correta(s)

- A) apenas I e II.
- B) apenas III.
- C) apenas II e IV.



D) apenas I, III e IV.

E) I, II, III e IV.

Comentários

I. CORRETA. A situação de vulnerabilidade causada pela pobreza do imigrante o submete às condições insalubres e informais da relação de trabalho.

II. INCORRETA. Os imigrantes são considerados párias nas sociedades dos países desenvolvidos e, portanto, desprovidos de direitos sociais e trabalhistas.

III. CORRETA. Os imigrantes ocupam as funções de menor qualificação e menor remuneração, criando espessos cinturões marginais nas áreas de destino.

IV. CORRETA. O choque cultural, o temor à aculturação e ao desemprego e as diferenças sociais resultam no temor ao imigrante, mecanismo conhecido como xenofobia.

Gabarito: D

4.

Leia a tira a seguir.



A tira, sobretudo a fala de Mafalda, questiona o apelo ao consumo. Na perspectiva dos estudos geográficos, a generalização do consumo visa:

- A) à ampliação da cidadania, por garantir mais espaços públicos do que privados nas cidades.
- B) à disseminação do sistema de crédito e da propaganda, por ampliar o acesso a bens e produtos.
- C) à distribuição de renda, por promover a equidade social nos países subdesenvolvidos.
- D) ao aumento da produção e dos níveis de consumo nos países desenvolvidos.
- E) à redução das diferenças entre cidadãos e consumidores, por equiparar o acesso ao consumo aos valores democráticos.

Comentários



Como mencionado corretamente na alternativa [B], a generalização do consumo – ou o consumismo – objetiva sustentar um sistema financeiro especulativo e, em paralelo, aumentar o acesso aos bens de consumo. A charge remete à ideia do consumismo e, portanto, estão incorretas as alternativas: [A], porque consumismo não é cidadania; [C], porque o acesso a bens de consumo baseado no sistema de crédito não é distribuição de renda; [D], porque o consumismo é estimulado também em países subdesenvolvidos; [E], porque cidadãos são consumidores e vice-versa.

Gabarito: B

5.



Segundo a análise do cartum, é CORRETO afirmar:

- A) o Estado brasileiro assegura em lei o direito à educação, saúde e habitação, dentre outros, mas na prática, apesar dos direitos assegurados, o que ocorre é a intensa desigualdade social e a falta de recursos básicos de sobrevivência aos indivíduos.
- B) é possível viver com dignidade independentemente da ação do Estado, uma vez que a cidadania plena estabelece a execução dos deveres em detrimento dos direitos, os quais, por sua vez, não são assegurados.
- C) a degradação ambiental, a violência e a falta de infraestrutura básica tem sido objeto de preocupação e planejamento por parte do Estado nas grandes favelas brasileiras.
- D) a atuação do Estado, no sentido de garantir a segurança do cidadão, tem sido mais eficaz em virtude das políticas públicas voltadas para esse fim.

Comentários



Apesar de ter avançado muito nos campos econômico, financeiro e social, o Brasil é um país capitalista incompleto, suscetível principalmente a problemas de ordem social, com demandas reprimidas em áreas como saúde e educação. O desaparecimento, as más condições de trabalho e o baixo nível de investimentos são dificuldades para uma plena cidadania e acesso ao direito, à saúde e educação e à habitação.

A alternativa [B] é falsa, a cidadania no país ainda não é plena e nessa situação a ausência do Estado é perigosa para as pessoas em geral.

A alternativa [C] é falsa, as grandes favelas brasileiras recebem poucos recursos em áreas sócias sensíveis como segurança, saúde, educação e saneamento básico, demonstrando o baixo interesse do Estado na questão.

A alternativa [D] é falsa, a falta ou a implantação de políticas públicas ineficazes não garantem a segurança do cidadão.

Gabarito: A

6.

Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, T. *Grécia. A vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra **Política**, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

A) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.

B) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.

C) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.

D) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.

E) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

Comentários

Apesar de a alternativa correta enfatizar privilégios na participação da vida pública dos “grupos sociais superiores” devido a hierarquização da sociedade ateniense, quando da vigência da



democracia na Atenas antiga, em termos práticos todo homem livre, nascidos na cidade e filho de pai ateniense tinha não só o direito como a obrigação de participar da política ateniense. Assim sendo, a alternativa E também poderia ser validada como correta.

Gabarito: B

7.

Durante a realeza, e nos primeiros anos republicanos, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os decênviros – para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólon.

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à:

- A) adoção do sufrágio universal masculino.
- B) extensão da cidadania aos homens livres.
- C) afirmação de instituições democráticas.
- D) implantação de direitos sociais.
- E) tripartição dos poderes políticos.

Comentários

Como a própria questão deixa claro, quando a legislação era transmitida oralmente, as classes superiores "manipulavam a justiça de acordo com seus interesses". Isso posto, quando a legislação passou a ser escrita, houve o aumento do direito à cidadania pelas classes inferiores.

Gabarito: B

8.

TEXTO I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).



TEXTO II

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a):

- A) prestígio social.
- B) acúmulo de riqueza.
- C) participação política.
- D) local de nascimento.
- E) grupo de parentesco.

Comentários

Os trechos “olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil” (primeiro texto) e “um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas” (segundo texto) são demonstrativos das opiniões dos autores, que julgam a cidadania pela participação política das pessoas.

Gabarito: C

9.

Cidadania e cidadão são palavras que vêm do latim “*civitas*”. O termo indicava a convivência das pessoas que participavam das decisões sobre os rumos da sociedade.

(Cotrim, Gilberto. 1955. *História Global – Brasil e Geral*. Volume único. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 81.)

A história cumpre o papel de educar as novas gerações com concepções, ideias e informações consideradas válidas, adequadas ou corretas, segundo consensos mínimos que vão se construindo nas gerações anteriores e se legitimando ao longo do tempo. O conceito e a prática de cidadania são exemplos disso. Acerca do sentido atual do conceito de cidadania e do papel da história na construção desse conceito, assinale a afirmativa correta.

A) Ao longo do século passado, através das mudanças sociopolíticas ocorridas principalmente no Brasil, o conceito de cidadania se destituiu totalmente do sentido social, passando a ser um ato puramente individual.



B) Ser cidadão hoje é apenas estar em dia com suas obrigações eleitorais, mantendo-se informado sobre os pleitos e os trâmites das eleições, já que a palavra cidadania é sinônimo de “política” enquanto forma de governo.

C) Na atual conjuntura, a partir de discussões constantes e uma educação mais intensa e democrática, o termo cidadania ganha um sentido mais amplo de participação na vida social e, principalmente, de legitimidade de direitos e deveres.

D) A partir dos conceitos históricos que vão sendo deflagrados a cada período e em cada cultura específica, o conceito de cidadania perde o sentido inicial e passa a ser sinônimo de condição socioeconômica, ou seja, o cidadão e quem detém poder.

Comentários

Ainda que a presente questão tenha como princípio uma abordagem histórica, seu tema pode ser compreendido também a partir da sociologia. Segundo as reflexões das ciências sociais, a cidadania corresponde à plena participação dos indivíduos na comunidade política, em sentido amplo (ou seja, para além da questão eleitoral). Assim, no contexto de democracia contemporânea, isso corresponde à forma como o cidadão vivencia seus direitos e também assume a responsabilidade por seus deveres. Desta maneira, somente a alternativa [C] pode ser considerada correta.

Gabarito: C

10.

No contexto da *polis* grega, as leis comuns nasciam de uma convenção entre cidadãos, definida pelo confronto de suas opiniões em um verdadeiro espaço público, a ágora, confronto esse que concedia a essas convenções a qualidade de instituições públicas.

MAGDALENO, F. S. *A territorialidade da representação política: vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses*. São Paulo: Annablume, 2010.

No texto, está relatado um exemplo de exercício da cidadania associado ao seguinte modelo de prática democrática:

- A) Direta.
- B) Sindical.
- C) Socialista.
- D) Corporativista.
- E) Representativa.

Comentários

Apesar do conceito de cidadania ateniense ser excludente, a democracia em Atenas era exercida de maneira direta, com todos os cidadãos participando das decisões políticas, como retratado no texto.



Gabarito: A

11.

O professor Alcino Salazar, secretário de justiça da Guanabara, declarou a *O Globo* que a extensão do voto ao analfabeto é perigosa concessão aos inimigos do regime democrático, fundado na verdade e na pureza do princípio da representação.

Adaptado de *O Globo*, 21/02/1964.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional em 15 de março de 1964, o presidente João Goulart escreveu: “Outra discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de todas as responsabilidades (...) e integrados à força de trabalho, com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar por serem analfabetos”.

ALEIXO, J. C. B.; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. *Senatus*, Brasília, outubro/2000.

As declarações do professor Alcino Salazar e do presidente João Goulart foram feitas em um momento de polarização na sociedade brasileira, que culminou na instauração do regime autoritário em 31 de março de 1964.

Ambas as declarações expressavam, naquele momento, visões antagônicas relacionadas à seguinte dimensão da cidadania:

- A) direitos políticos.
- B) reparações étnicas.
- C) benefícios sociais.
- D) oportunidades econômicas.

Comentários

A inclusão – ou não – de qualquer classe ou categoria de pessoas, ou qualquer coletividade, no direito de voto ou representação política é uma questão de direitos políticos.

Gabarito: A

12.



É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

- A) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- B) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- C) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- D) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- E) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

Comentários

É certo que a liberdade da sociedade democrática é justificada pela sua limitação designada pela constituição da lei, porém a grande questão passa, então, a ser: qual é o conteúdo da lei? Se a democracia é um regime fundado sobre o valor da liberdade, então como a própria lei poderia livrar-se desse condicionamento primordial? O que Montesquieu estabelece é a necessidade de a lei ser a limitação da licença de se fazer tudo aquilo que não esteja de acordo com a racionalidade do espírito da lei.

Gabarito: B

13.

Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres gays nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. Gays e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente gay. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.

ROSS, A. "Na máquina do tempo". *Época*, ed. 766, 28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a:

- A) ampliação da noção de cidadania.
- B) reformulação de concepções religiosas.
- C) manutenção de ideologias conservadoras.
- D) implantação de cotas nas listas partidárias.



E) alteração da composição étnica da população.

Comentários

A alternativa [A] é a única correta. Reconhecer a liberdade de orientação sexual corresponde a ampliar a noção de cidadania, valorizando pessoas e grupos que antes eram marginalizados ou reprimidos pela sociedade.

Gabarito: A

14.

TEXTO I

O que vemos no país é uma espécie de espraiamento e a manifestação da agressividade através da violência. Isso se desdobra de maneira evidente na criminalidade, que está presente em todos os redutos — seja nas áreas abandonadas pelo poder público, seja na política ou no futebol. O brasileiro não é mais violento do que outros povos, mas a fragilidade do exercício e do reconhecimento da cidadania e a ausência do Estado em vários territórios do país se impõem como um caldo de cultura no qual a agressividade e a violência fincam suas raízes.

Entrevista com Joel Birman. A Corrupção é um crime sem rosto. *IstoÉ*. Edição 2099; 3 fev. 2010.

TEXTO II

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas anteponham limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Considerando-se a dinâmica do processo civilizador, tal como descrito no Texto II, o argumento do Texto I acerca da violência e agressividade na sociedade brasileira expressa a:

- A) incompatibilidade entre os modos democráticos de convívio social e a presença de aparatos de controle policial.
- B) manutenção de práticas repressivas herdadas dos períodos ditatoriais sob a forma de leis e atos administrativos.
- C) inabilidade das forças militares em conter a violência decorrente das ondas migratórias nas grandes cidades brasileiras.
- D) dificuldade histórica da sociedade brasileira em institucionalizar formas de controle social compatíveis com valores democráticos.
- E) incapacidade das instituições político-legislativas em formular mecanismos de controle social específicos à realidade social brasileira.



Comentários

A presente questão pode gerar confusão. Segundo o gabarito oficial, a alternativa correta é a [D]. No entanto, a alternativa [E] nos parece mais correta. A discussão apresentada nos textos não diz respeito especificamente a valores democráticos. O que há é a relação entre ausência do Estado e falta de controle sobre os indivíduos. Isso se percebe, sobretudo, nas instituições públicas, que não conseguem fazer com que a cidadania do povo seja reconhecida.

Gabarito: D

15.

TEXTO I

A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda coletividade.

GALLO, S. *et al.* Ética e Cidadania. Caminhos da Filosofia. Campinas: Papyrus, 1997 (adaptado).

TEXTO II

É necessário que haja liberdade de expressão, fiscalização sobre órgãos governamentais e acesso por parte da população às informações trazidas a público pela imprensa.

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Partindo da perspectiva de democracia apresentada no Texto I, os meios de comunicação, de acordo com o Texto II, assumem um papel relevante na sociedade por:

- A) orientarem os cidadãos na compra dos bens necessários à sua sobrevivência e bem-estar.
- B) fornecerem informações que fomentam o debate político na esfera pública.
- C) apresentarem aos cidadãos a versão oficial dos fatos.
- D) propiciarem o entretenimento, aspecto relevante para conscientização política.
- E) promoverem a unidade cultural, por meio das transmissões esportivas.

Comentários

Ambos os textos focalizam a necessidade do livre curso da informação como esteio do Estado Democrático. Os meios de comunicação têm, portanto, de ser livres para cumprir seu papel assegurador da democracia.

Gabarito: B

16.



A ética precisa ser compreendida como um empreendimento coletivo a ser constantemente retomado e rediscutido, porque é produto da relação interpessoal e social. A ética supõe ainda que cada grupo social se organize sentindo-se responsável por todos e que crie condições para o exercício de um pensar e agir autônomos. A relação entre ética e política é também uma questão de educação e luta pela soberania dos povos. É necessária uma ética renovada, que se construa a partir da natureza dos valores sociais para organizar também uma nova prática política.

CORDI et al. *Para filosofar*. São Paulo: Scipione, 2007 (adaptado).

O Século XX teve de repensar a ética para enfrentar novos problemas oriundos de diferentes crises sociais, conflitos ideológicos e contradições da realidade. Sob esse enfoque e a partir do texto, a ética pode ser compreendida como:

- A) instrumento de garantia da cidadania, porque através dela os cidadãos passam a pensar e agir de acordo com valores coletivos.
- B) mecanismo de criação de direitos humanos, porque é da natureza do homem ser ético e virtuoso.
- C) meio para resolver os conflitos sociais no cenário da globalização, pois a partir do entendimento do que é efetivamente a ética, a política internacional se realiza.
- D) parâmetro para assegurar o exercício político primando pelos interesses e ação privada dos cidadãos.
- E) aceitação de valores universais implícitos numa sociedade que busca dimensionar sua vinculação à outras sociedades.

Comentários

Apenas a alternativa A está correta. O respeito à ética permite a vida em sociedade, pois significa que valores coletivos são compartilhados. Somente assim o exercício da cidadania é possível, porque requer preocupação com o bem-comum e sentimento de pertencimento. Para isso, entretanto, é necessário compromisso individual com o restante da sociedade, uma espécie de acordo social, reconhecendo a importância política de cada um.

Gabarito: A

17.

Observe a charge a seguir.





Notamos nela a presença de um processo social importante para a compreensão das mudanças e/ou transformações que ocorrem de forma contínua e que refletem determinados tipos de relações sociais entre os indivíduos e os grupos. Sobre isso, assinale a alternativa correta.

- A) O processo social nela apresentado é denominado conflito, pois destaca um grupo em rivalidade, buscando uma educação mais justa.
- B) A cidadania produzida pela educação é um processo dissociativo e se encontra em constante transformação.
- C) A cooperação na construção de uma educação cidadã permite que dois ou mais indivíduos atuem em conjunto para tornar o seu grupo mais atuante na formação de uma sociedade mais justa.
- D) A diversidade ideológica no grupo social permite uma maior coesão dos seus membros na cooperação por uma educação de qualidade e cidadã.
- E) Numa competição como a da charge, notamos uma necessidade de formar subgrupos que permitem uma cidadania igual para todos.

Comentários

Somente a alternativa [C] é correta. A questão se utiliza do tema da educação para tratar dos processos sociais. No caso, o que há é uma cooperação de indivíduos que, através da educação, procuram construir uma sociedade mais justa.

Gabarito: C

18.

A respeito da cidadania, está correto o que afirma em:

- A) A cidadania plena é exercida quando se vota em eleições diretas e democráticas.
- B) A cidadania, na Grécia e na Roma antiga, era atribuída somente aos homens e às mulheres livres.



- C) Na sociedade brasileira, apenas os indivíduos com idade superior a 18 anos são considerados cidadãos.
- D) Ser cidadão é ter consciência de seus direitos e deveres, ou seja, é ter consciência de que possui responsabilidades e limites dentro da sociedade.
- E) É um conceito que pressupõe dependência dos indivíduos moradores de uma nação em relação ao Estado.

Comentários

A cidadania contemporânea corresponde ao conjunto de direitos e deveres que os cidadãos possuem. Se antes esses compromissos estavam definidos dentro da fronteira dos Estados Nacionais, atualmente, com a globalização, a criação dos blocos econômicos e o fortalecimento dos Direitos Humanos, essa definição territorial tem perdido força e as lutas por cidadania têm encontrado apoio para além das fronteiras do Estado.

Gabarito: D



1.

A figura a seguir chama a atenção para a persistência, na atualidade, de um dos antigos problemas sociais.





MOREIRA, J. C.; SENE, E. de. "Geografia para o ensino médio": geografia geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2002. p. 154.

Josué de Castro, em seu livro "Geografia da Fome", publicado, no Brasil, pela primeira vez, em 1946, chama a atenção para a fome não apenas na perspectiva biológica mas como um problema de ordem política e social. Também o artigo "Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil", de Rodolfo Hoffmann, publicado em 1995, assinala que o problema da fome no país não se deve à pouca disponibilidade de alimentos, mas a outros fatores de caráter socioeconômico. O "Programa Fome Zero", do atual governo federal, propõe o combate à fome a partir de políticas que envolvem aspectos econômicos, políticos e sociais que garantam a cidadania.

As informações levam ao entendimento de que O COMBATE À FOME NO BRASIL DEVE SER ORIENTADO POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO QUE PRIORIZE A CONDIÇÃO DE CIDADANIA.

Baseando-se nas ideias expostas acima, explique a afirmação em destaque.

2. (CESPE - Analista Legislativo - Câmara dos Deputados - 2014)

No que se refere à legitimidade, às dimensões do poder, ao Estado e à sociedade, julgue o item a seguir:

Todo princípio de legitimidade do poder deve conter elementos descritivos que o tornem digno de confiança, de modo que se produza, em parcela significativa da população, um grau de consenso capaz de assegurar a obediência do cidadão.

3. (VUNESP – Analista Administrativo 2014).



O atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, incluindo o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao sossego e ao lazer, conforme disposto no novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, está relacionado e compreendido diretamente pelo que a lei denomina de:

- A) Gestão Democrática.
- B) Função Social da Propriedade Urbana.
- C) Metas Sociais Urbanas.
- D) Plano Estratégico da Cidade.
- E) Função Social da Cidade.

4. (ESAF - Analista de Finanças e Controle - CGU - 2004)

Numere a segunda coluna de acordo com a primeira. Em seguida, assinale a opção que contém a sequência correta.

- (1) Conjunto de decisões e ações relativas à alocação de recursos públicos visando a mitigar ou eliminar desigualdades permanentes e auto reproduzidas, bem como assistir e fortalecer os segmentos mais vulneráveis da sociedade.
- (2) Direitos necessários ao exercício da liberdade individual, como por exemplo, o de ir e vir, de contratar, de empreender e de possuir propriedades.
- (3) Relação jurídico-política que define direitos e deveres de cada indivíduo, frente aos outros indivíduos e frente ao Estado.
- (4) Direitos que possibilitam a participação igualitária dos membros de uma sociedade nos seus padrões básicos de vida.
- (5) Conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.
- (6) Direitos que asseguram o exercício da capacidade de influir nas decisões políticas, seja diretamente por meio de atividade governamental ou associativa, seja indiretamente, por meio do voto.

- () Cidadania política
- () Política social
- () Cidadania social
- () Cidadania civil



- A) 6, 5, 4, 3.
- B) 6, 1, 4, 2.
- C) 3, 5, 2, 4.
- D) 5, 1, 4, 2.
- E) 5, 1, 2, 4.

5.



Com base na análise da charge e nos conhecimentos sobre a organização do espaço mundial e brasileiro e a questão da cidadania, marque **V** nas afirmativas verdadeiras e **F**, nas falsas.

- () O sistema econômico se manteve intacto, interferindo, desde o período colonial, na construção da cidadania e, conseqüentemente, a única solução para mudar esse quadro seria a adoção de um novo sistema econômico.
- () A cidadania objetiva, entre outros, a priorização do homem na sociedade, enquanto o sistema econômico empurra o homem para a sua periferia.
- () O sistema econômico adotado no país impede a participação estatal no processo produtivo, razão pela qual ocorre a excludência.
- () As interferências do sistema econômico nos direitos do cidadão só ocorrem nas regiões periféricas do país, pois nas regiões centrais o positivo processo produtivo inibe as desigualdades sociais.
- () O capitalismo contemporâneo promove a exclusão e a desigualdade, retardando o processo de consolidação da cidadania plena.

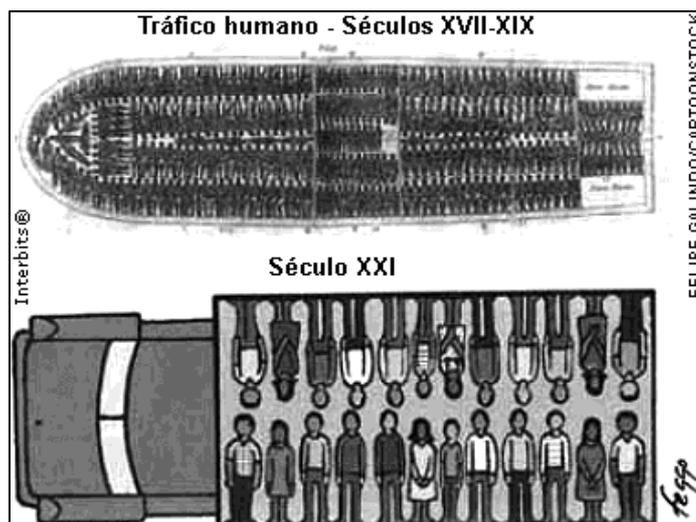
A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F – V – F – F – V.
- B) F – V – V – F – V.



- C) V – F – V – F – F.
- D) F – F – V – V – V.
- E) V – F – F – V – F.

6.



Nas figuras, o cartunista compara o tráfico negreiro com o transporte ilegal de imigrantes. A comparação do cartunista e os conhecimentos sobre as migrações no mundo revelam que os imigrantes:

- I. em situação irregular ficam sujeitos a incertezas e discriminações e acabam por integrar marginalmente a força de trabalho, o que se transforma, em alguns casos, em escravidão.
- II. tem plena cidadania, gozam dos direitos civis, como serviço de saúde, de educação e de transporte.
- III. assumem trabalho pesado com baixa remuneração e vivem em bairros afastados ou nos subúrbios das cidades.
- IV. são vítimas de atitudes racistas e/ou de intolerância conhecidas como xenofobia.

Está(ão) correta(s)

- A) apenas I e II.
- B) apenas III.
- C) apenas II e IV.
- D) apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

7.

Leia a tira a seguir.





A tira, sobretudo a fala de Mafalda, questiona o apelo ao consumo. Na perspectiva dos estudos geográficos, a generalização do consumo visa:

- A) à ampliação da cidadania, por garantir mais espaços públicos do que privados nas cidades.
- B) à disseminação do sistema de crédito e da propaganda, por ampliar o acesso a bens e produtos.
- C) à distribuição de renda, por promover a equidade social nos países subdesenvolvidos.
- D) ao aumento da produção e dos níveis de consumo nos países desenvolvidos.
- E) à redução das diferenças entre cidadãos e consumidores, por equiparar o acesso ao consumo aos valores democráticos.

8.





Segundo a análise do cartum, é CORRETO afirmar:

A) o Estado brasileiro assegura em lei o direito à educação, saúde e habitação, dentre outros, mas na prática, apesar dos direitos assegurados, o que ocorre é a intensa desigualdade social e a falta de recursos básicos de sobrevivência aos indivíduos.

B) é possível viver com dignidade independentemente da ação do Estado, uma vez que a cidadania plena estabelece a execução dos deveres em detrimento dos direitos, os quais, por sua vez, não são assegurados.

C) a degradação ambiental, a violência e a falta de infraestrutura básica tem sido objeto de preocupação e planejamento por parte do Estado nas grandes favelas brasileiras.

D) a atuação do Estado, no sentido de garantir a segurança do cidadão, tem sido mais eficaz em virtude das políticas públicas voltadas para esse fim.

9.

Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, T. *Grécia. A vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra **Política**, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania



- A) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- B) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- C) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
- D) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- E) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

10.

Durante a realeza, e nos primeiros anos republicanos, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os decêviros – para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólon.

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à:

- A) adoção do sufrágio universal masculino.
- B) extensão da cidadania aos homens livres.
- C) afirmação de instituições democráticas.
- D) implantação de direitos sociais.
- E) tripartição dos poderes políticos.

11.

TEXTO I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).



TEXTO II

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a):

- A) prestígio social.
- B) acúmulo de riqueza.
- C) participação política.
- D) local de nascimento.
- E) grupo de parentesco.

12.

Cidadania e cidadão são palavras que vêm do latim “*civitas*”. O termo indicava a convivência das pessoas que participavam das decisões sobre os rumos da sociedade.

(Cotrim, Gilberto. 1955. *História Global – Brasil e Geral*. Volume único. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 81.)

A história cumpre o papel de educar as novas gerações com concepções, ideias e informações consideradas válidas, adequadas ou corretas, segundo consensos mínimos que vão se construindo nas gerações anteriores e se legitimando ao longo do tempo. O conceito e a prática de cidadania são exemplos disso. Acerca do sentido atual do conceito de cidadania e do papel da história na construção desse conceito, assinale a afirmativa correta.

- A) Ao longo do século passado, através das mudanças sociopolíticas ocorridas principalmente no Brasil, o conceito de cidadania se destituiu totalmente do sentido social, passando a ser um ato puramente individual.
- B) Ser cidadão hoje é apenas estar em dia com suas obrigações eleitorais, mantendo-se informado sobre os pleitos e os trâmites das eleições, já que a palavra cidadania é sinônimo de “política” enquanto forma de governo.
- C) Na atual conjuntura, a partir de discussões constantes e uma educação mais intensa e democrática, o termo cidadania ganha um sentido mais amplo de participação na vida social e, principalmente, de legitimidade de direitos e deveres.
- D) A partir dos conceitos históricos que vão sendo deflagrados a cada período e em cada cultura específica, o conceito de cidadania perde o sentido inicial e passa a ser sinônimo de condição socioeconômica, ou seja, o cidadão e quem detém poder.



13.

No contexto da *polis* grega, as leis comuns nasciam de uma convenção entre cidadãos, definida pelo confronto de suas opiniões em um verdadeiro espaço público, a ágora, confronto esse que concedia a essas convenções a qualidade de instituições públicas.

MAGDALENO, F. S. *A territorialidade da representação política: vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses*. São Paulo: Annablume, 2010.

No texto, está relatado um exemplo de exercício da cidadania associado ao seguinte modelo de prática democrática:

- A) Direta.
- B) Sindical.
- C) Socialista.
- D) Corporativista.
- E) Representativa.

14.

O professor Alcino Salazar, secretário de justiça da Guanabara, declarou a *O Globo* que a extensão do voto ao analfabeto é perigosa concessão aos inimigos do regime democrático, fundado na verdade e na pureza do princípio da representação.

Adaptado de *O Globo*, 21/02/1964.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional em 15 de março de 1964, o presidente João Goulart escreveu: “Outra discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de todas as responsabilidades (...) e integrados à força de trabalho, com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar por serem analfabetos”.

ALEIXO, J. C. B; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. *Senatus*, Brasília, outubro/2000.

As declarações do professor Alcino Salazar e do presidente João Goulart foram feitas em um momento de polarização na sociedade brasileira, que culminou na instauração do regime autoritário em 31 de março de 1964.



Ambas as declarações expressavam, naquele momento, visões antagônicas relacionadas à seguinte dimensão da cidadania:

- A) direitos políticos.
- B) reparações étnicas.
- C) benefícios sociais.
- D) oportunidades econômicas.

15.

É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

- A) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- B) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- C) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- D) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- E) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

16.

Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres gays nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. Gays e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente gay. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.

ROSS, A. "Na máquina do tempo". *Época*, ed. 766, 28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a:

- A) ampliação da noção de cidadania.
- B) reformulação de concepções religiosas.
- C) manutenção de ideologias conservadoras.



- D) implantação de cotas nas listas partidárias.
- E) alteração da composição étnica da população.

17.

TEXTO I

O que vemos no país é uma espécie de espraiamento e a manifestação da agressividade através da violência. Isso se desdobra de maneira evidente na criminalidade, que está presente em todos os redutos — seja nas áreas abandonadas pelo poder público, seja na política ou no futebol. O brasileiro não é mais violento do que outros povos, mas a fragilidade do exercício e do reconhecimento da cidadania e a ausência do Estado em vários territórios do país se impõem como um caldo de cultura no qual a agressividade e a violência fincam suas raízes.

Entrevista com Joel Birman. *A Corrupção é um crime sem rosto. IstoÉ*. Edição 2099; 3 fev. 2010.

TEXTO II

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas antepõem limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Considerando-se a dinâmica do processo civilizador, tal como descrito no Texto II, o argumento do Texto I acerca da violência e agressividade na sociedade brasileira expressa a:

- A) incompatibilidade entre os modos democráticos de convívio social e a presença de aparatos de controle policial.
- B) manutenção de práticas repressivas herdadas dos períodos ditatoriais sob a forma de leis e atos administrativos.
- C) inabilidade das forças militares em conter a violência decorrente das ondas migratórias nas grandes cidades brasileiras.
- D) dificuldade histórica da sociedade brasileira em institucionalizar formas de controle social compatíveis com valores democráticos.
- E) incapacidade das instituições político-legislativas em formular mecanismos de controle social específicos à realidade social brasileira.

18.

TEXTO I



A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda coletividade.

GALLO, S. *et al.* Ética e Cidadania. Caminhos da Filosofia. Campinas: Papyrus, 1997 (adaptado).

TEXTO II

É necessário que haja liberdade de expressão, fiscalização sobre órgãos governamentais e acesso por parte da população às informações trazidas a público pela imprensa.

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Partindo da perspectiva de democracia apresentada no Texto I, os meios de comunicação, de acordo com o Texto II, assumem um papel relevante na sociedade por:

- A) orientarem os cidadãos na compra dos bens necessários à sua sobrevivência e bem-estar.
- B) fornecerem informações que fomentam o debate político na esfera pública.
- C) apresentarem aos cidadãos a versão oficial dos fatos.
- D) propiciarem o entretenimento, aspecto relevante para conscientização política.
- E) promoverem a unidade cultural, por meio das transmissões esportivas.

19.

A ética precisa ser compreendida como um empreendimento coletivo a ser constantemente retomado e rediscutido, porque é produto da relação interpessoal e social. A ética supõe ainda que cada grupo social se organize sentindo-se responsável por todos e que crie condições para o exercício de um pensar e agir autônomos. A relação entre ética e política é também uma questão de educação e luta pela soberania dos povos. É necessária uma ética renovada, que se construa a partir da natureza dos valores sociais para organizar também uma nova prática política.

CORDI et al. *Para filosofar*. São Paulo: Scipione, 2007 (adaptado).

O Século XX teve de repensar a ética para enfrentar novos problemas oriundos de diferentes crises sociais, conflitos ideológicos e contradições da realidade. Sob esse enfoque e a partir do texto, a ética pode ser compreendida como:

- A) instrumento de garantia da cidadania, porque através dela os cidadãos passam a pensar e agir de acordo com valores coletivos.
- B) mecanismo de criação de direitos humanos, porque é da natureza do homem ser ético e virtuoso.
- C) meio para resolver os conflitos sociais no cenário da globalização, pois a partir do entendimento do que é efetivamente a ética, a política internacional se realiza.



D) parâmetro para assegurar o exercício político primando pelos interesses e ação privada dos cidadãos.

E) aceitação de valores universais implícitos numa sociedade que busca dimensionar sua vinculação à outras sociedades.

20.

Observe a charge a seguir.



Notamos nela a presença de um processo social importante para a compreensão das mudanças e/ou transformações que ocorrem de forma contínua e que refletem determinados tipos de relações sociais entre os indivíduos e os grupos. Sobre isso, assinale a alternativa correta.

- A) O processo social nela apresentado é denominado conflito, pois destaca um grupo em rivalidade, buscando uma educação mais justa.
- B) A cidadania produzida pela educação é um processo dissociativo e se encontra em constante transformação.
- C) A cooperação na construção de uma educação cidadã permite que dois ou mais indivíduos atuem em conjunto para tornar o seu grupo mais atuante na formação de uma sociedade mais justa.
- D) A diversidade ideológica no grupo social permite uma maior coesão dos seus membros na cooperação por uma educação de qualidade e cidadã.
- E) Numa competição como a da charge, notamos uma necessidade de formar subgrupos que permitem uma cidadania igual para todos.

21.

A respeito da cidadania, está correto o que afirma em:



- A) A cidadania plena é exercida quando se vota em eleições diretas e democráticas.
- B) A cidadania, na Grécia e na Roma antiga, era atribuída somente aos homens e às mulheres livres.
- C) Na sociedade brasileira, apenas os indivíduos com idade superior a 18 anos são considerados cidadãos.
- D) Ser cidadão é ter consciência de seus direitos e deveres, ou seja, é ter consciência de que possui responsabilidades e limites dentro da sociedade.
- E) É um conceito que pressupõe dependência dos indivíduos moradores de uma nação em relação ao Estado.

22. (IBADE 2017 – SEJUDH/MT – Agente penitenciário)

No estudo da relação entre os valores éticos ou morais e a cultura, pode-se afirmar que:

- A) a cultura de massa é uma expressão, de uso ambíguo, frequentemente utilizada para designar a possibilidade de uma população ter acesso aos bens e obras produzidos no passado e no presente, seja o processo de degradação.
- B) a moral está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme a sabedoria filosófica.
- C) em um sentido mais filosófico, a ética pode ser considerada como um feixe de representações, de símbolos, de imaginário, de atitudes e referências suscetível de irrigar, de modo bastante desigual, mas globalmente, o corpo social.
- D) a crítica é definida pelo conceito que serve para designar tanto espírito humano quanto de toda a personalidade do homem: gosto, sensibilidade, inteligência.
- E) na filosofia, a crítica possui o sentido de análise. Assim, a filosofia crítica designa o pensamento de Karl Marx e de seus sucessores.

23. (Colégio Pedro II 2016 – Professor de Filosofia)

Agora, porém, partirá injustiçado se de fato for embora, mas não por nós, as leis, e sim pelos homens; mas se fugir depois de tão vergonhosamente revidar injustiça com injustiça e o mal com o mal, rompendo os seus pactos e acordos conosco e ferindo àqueles que menos deveria – a si mesmo e aos amigos, ao país e a nós – , ficaremos zangadas com você...

(PLATÃO, *Críton*. In MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 25)

Com o argumento exposto no texto, Sócrates convence Críton de que, apesar da pena que recebe, sua recusa a fugir faz sentido. Sobre o argumento de Sócrates, é correto afirmar que:

- A) fugir é alternativa correta, porém a morte eleva a alma até as ideias, o Bem e a Verdade.



- B) as leis são injustas e seu destino é cumprir a sentença de morte, a verdade absoluta da vida, pois o Estado pretende uma verdade menor.
- C) as leis dizem a verdade que o Estado ordena, e os homens são livres para fugir ou submeter-se às leis, que são válidas conforme interesses.
- D) homens cometem injustiça e as leis representam a verdade, fugir consistiria em abdicar do que é precioso, o acordo com as leis e a reverência ao Estado.

24. (Colégio Pedro II 2016 – Professor de Filosofia)

“SÓCRATES: E agora, Mênon, vê que progressos ele já fez em termos de memória? De início não sabia que linha forma a figura de oito pés e mesmo agora não sabe, mas antes achava que sabia e respondeu confiante como se soubesse, sem ter consciência das dificuldades; ao passo que agora sente a dificuldade em que se encontra e, além de não saber, não acha mais que sabe.”

(PLATÃO. *Mênon*. In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 35)

Dentre as características da filosofia socrática inferidas dos escritos de Platão, o trecho acima retrata:

- A) o uso da dialética como meio de alcançar as verdades imutáveis da alma.
- B) o constante recurso a analogias e abundantes exemplos para testar definições.
- C) a crença na reminiscência ou recordação como meio de acessar o conhecimento.
- D) a convicção de que a investigação se inicia com um reconhecimento do não saber.

25. (Colégio Pedro II 2016 – Professor de Filosofia)

“Uma vontade perfeitamente boa estaria do mesmo modo submetida a leis objetivas (do bem), mas nem por isso poderia ser representada como obrigada a ações conforme a leis, porque ela por si mesma, de acordo com sua constituição subjetiva, somente pode ser determinada pela representação do bem.”

(KANT, *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 121.)

Sobre o conteúdo desse trecho da obra de Kant citada, é correto afirmar que:

- A) a constituição subjetiva da vontade humana a desobriga de agir conforme o Imperativo Moral.
- B) a vontade perfeitamente boa é consoante ao Imperativo ou Lei Moral.



C) quando submetida a leis objetivas, a vontade humana é perfeitamente boa e, portanto, pode-se deixar seguir sem obrigação o Imperativo Moral.

D) a vontade humana pode motivar uma ação conforme imperativos hipotéticos e, portanto, não é uma obrigação agir seguindo a Lei Moral.

26.

Analise o texto e a tabela a seguir.

"A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga medida, do ponto do território onde se vive. Muitos moradores da periferia tornam-se cidadãos incompletos por terem menos acesso aos serviços urbanos e direito à cidade como um todo. Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza: além das desigualdades socioeconômicas, o pobre sofre com a má distribuição territorial dos serviços públicos como saúde, educação, segurança e lazer."

(Adaptado de: SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987, pp. 81 e 115.)

O município do Rio de Janeiro pode ser dividido em três grandes zonas. Nas Zonas 1 e 2 (formadas respectivamente pelo centro histórico e seis bairros nobres com melhor poder aquisitivo) o território e a quantidade de moradores são MUITO MENORES do que os da Zona 3 (formada por cerca de trinta bairros, em geral periféricos e com pior poder aquisitivo).

Distribuição de equipamentos de lazer - município do Rio de Janeiro		
Início da década de 2000		
Zonas do município agrupadas	Equipamentos de lazer (bibliotecas, museus, centros culturais, parques, florestas, teatros e cinemas)	
	Número	%
Zona 1 - Centro histórico	84	19,1
Zona 2 - Bairros nobres	201	45,7
Zona 3 - Bairros restantes	155	35,2

(Adaptado de: <<http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm>>. Acessado em: jul.2007.)



De acordo com as ideias do texto e as informações auxiliares, é correto afirmar que:

- A) a distribuição territorial desses equipamentos de lazer atende com justiça e igualdade às necessidades de todos os moradores do município.
- B) os moradores das Zonas 1 e 2 são cidadãos privilegiados entre os moradores restantes do município, pois estes últimos ficam mal servidos territorialmente de diversas oportunidades de lazer.
- C) os moradores da Zona 3 podem ser considerados mais cidadãos por terem mais facilidade de acesso às múltiplas oportunidades de lazer do município.
- D) os moradores da Zona 2 são menos cidadãos e sofrem duas vezes com a pobreza, pois são contemplados territorialmente com menos oportunidades de lazer que os outros moradores do município.
- E) a distribuição territorial desigual dos equipamentos de lazer não agrava a pobreza e não interfere nos direitos de exercício de cidadania dos moradores do município.

27.

"O jovem brasileiro corresponde a cerca de 20,13% da população do país. São aproximadamente 34,18 milhões de jovens, em uma população estimada pelo último Censo em 169, 79 milhões (IBGE, 2002) [são] 17,77 milhões de jovens de 15 a 19 anos e 16,9 milhões de jovens de 20 a 24 anos".

(Antonio LASSANCE. Brasil: jovens de norte a sul. IN: "Retratos da Juventude Brasileira". São Paulo: Instituto Cidadania, 2005, p. 74)

Sobre esse aspecto da constituição da população brasileira é correto afirmar que:

- A) se trata de um índice baixo, comum à maioria dos países desenvolvidos e daqueles denominados, hoje, emergentes.
- B) o índice de jovens oferece uma oportunidade para que os governos criem condições para a universalização do ensino médio, algo que já está próximo.
- C) quanto aos jovens de 20 a 24 anos, os números permitem, em curto prazo, a expansão do ensino superior, preparando-os melhor para o mercado de trabalho.
- D) a necessidade do ingresso precoce de boa parte dos jovens no mercado de trabalho, sem o devido preparo, afeta a economia e agrava a questão social.
- E) a maioria dos jovens vive no Sudeste, devido aos índices de mortalidade infantil no Norte e no Nordeste e, também, por causa da emigração dos jovens dessas regiões.





2. Certo
3. Alternativa E
4. Alternativa B
5. Alternativa A
6. Alternativa D
7. Alternativa B
8. Alternativa A
9. Alternativa B

10. Alternativa B
11. Alternativa C
12. Alternativa C
13. Alternativa A
14. Alternativa A
15. Alternativa B
16. Alternativa A
17. Alternativa D
18. Alternativa B



- 19. Alternativa A
- 20. Alternativa C
- 21. Alternativa D
- 22. Alternativa A
- 23. Alternativa D
- 24. Alternativa D
- 25. Alternativa B
- 26. Alternativa B
- 27. Alternativa D

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem, querido concurseiro. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não se esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Encontro você na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.